

# DIÁLOGO GLOBAL <sup>6.4</sup>

4 edições por ano em 17 idiomas

Sociologia, política  
e poder

Anthony Giddens

A estagnação  
econômica da  
Grécia

Vassilis Fouskas,  
Maria Markantonatou,  
John Milios,  
Spyros Sakellarios,  
Stratos Georgoulas

Aborto na  
América Latina

Julia McReynolds-Pérez,  
Susana Lerner, Lucía Melgar,  
Agnès Guillaume,  
Erika Busse

Ciências sociais  
no mundo árabe

Mohammed Bamyeh,  
Seteney Shami,  
Idriss Jebari

## Colunas especiais

- > George Ritzer sobre a *McDonalddização* e o *Prosumo*
- > Mais de 40 anos com a sociologia internacional
- > Apresentando a equipe editorial japonesa

REVISTA



International  
Sociological  
Association  
**isa**

VOLUME 6 / EDIÇÃO 4 / DEZEMBRO DE 2016  
[www.isa-sociology.org/global-dialogue/](http://www.isa-sociology.org/global-dialogue/)

**DG**



# > Editorial

## Olhando para trás, olhando para frente

**E**sta edição continua a olhar para frente e para trás, refletindo sobre os seis anos da *Diálogo Global* e sobre a oscilação de movimentos sociais efervescentes – *Indignados*, *Occupy*, Primavera Árabe e etc. – para movimentos de direita que instalaram regimes autoritários no Egito, na Turquia, na Polônia, na Hungria, nas Filipinas, na Argentina e no Brasil. Em partes, essa tendência global pode ser traçada a partir das tormentas de um capitalismo internacional que avança ferozmente sobre Estados-Nação, exaurindo a autonomia governamental e descreditando as políticas eleitorais, levando ao populismo tanto de direita quanto de esquerda – embora cada vez mais o de direita.

É adequado, portanto que inauguraremos esta edição com a entrevista com Anthony Giddens, teórico e propagandista do que ele certa vez chamou de “rolo compressor” da globalização. Em seu prisma político, como membro da Câmara dos Lordes, ele continua a defender as questões que lhe concernem enquanto sociólogo – como a mudança climática e as implicações da era digital.

O lado perverso da globalização pode ser encontrado expresso no destino do Syriza, o movimento que quase colocou a União Europeia de joelhos, mas que ao final, após uma inversão de poderes, fez a Grécia se ajoelhar diante dela. Aqui nós publicamos quatro artigos que narram as desastrosas consequências da austeridade imposta à Grécia pela União Europeia, que trouxe uma pobreza incalculável ao país, mas também riquezas incontáveis para as classes superiores.

Na América Latina, em reação a uma década ou mais de democracia social – a chamada “maré cor-de-rosa” – um país após o outro sucumbiu para uma guinada à direita. Publicamos aqui três artigos sobre as mudanças que se refletem em disputas em torno do aborto. Protestos inovadores levaram a conflitos com o Estado na Argentina, no México e no Peru. Especialmente interessante é a disputa em torno do uso de medicamentos para prevenir ou interromper a gravidez.

Temos três perspectivas sobre o destino das ciências sociais árabes. A discussão é iniciada pelo primeiro relatório sobre o estado da disciplina, de autoria de Mohammed Bamyeh. Ele começa o simpósio com um ensaio sintético, seguido da ênfase que Seteney Shami confere sobre a importância de mudar a infraestrutura das ciências sociais. Idriss Jebari apresenta questões cruciais sobre as implicações da Primavera Árabe e o seu desfecho, levantando a possibilidade de que a Primavera Árabe continua a oferecer vitalidade e novas direções às ciências sociais.

Publicamos também um trecho de uma entrevista com o conhecido sociólogo George Ritzer, realizada por Labinot Kunushevc, um jovem sociólogo de Kosovo. Edward Tiryakian nos oferece vislumbres do passado com reminiscências de congressos da ISA, começando em 1974. Finalizamos a edição com a apresentação da equipe editorial japonesa, liderada por Satomi Yamamoto, que inspira seus estudantes a se dedicar aos ardores da tradução. Ainda sobre esse assunto, tenho o prazer de anunciar a inauguração do 17º idioma da *Diálogo Global* – Bengali – organizado por uma equipe de entusiasmados sociólogos de Dhaka (Bangladesh), liderados por Habibul Khondker.

> **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 17 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas a [burawoy@berkeley.edu](mailto:burawoy@berkeley.edu)**



**Anthony Giddens**, influente sociólogo e teórico britânico, agora político na Câmara dos Lordes, relata os desafios de ser sociólogo na política.



**A estagnação econômica da Grécia.** Cinco artigos descrevem as consequências das negociações europeias de alto nível sobre os termos da adesão da Grécia à UE.



**Aborto na América Latina.** Três artigos relatam as lutas pelo aborto na Argentina, México e Peru.



**A *Diálogo Global* é possível graças ao generoso apoio da SAGE Publications.**

## > Editorial

**Editor:** Michael Burawoy.

**Editor Associado:** Gay Seidman.

**Editores Executivos:** Lola Busuttil, August Bagà.

### Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbarett, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchian, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

### Editores Regionais

#### Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

#### Argentina:

Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

#### Bangladesh:

Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufica Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Eashrat Jahan Eyemooon.

#### Brasil:

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Benno Alves, Julio Davies.

#### Índia:

Ishwar Modi, Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragma Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

#### Indonésia:

Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.

#### Irã:

Reyhaneh Javadi, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Marjan Namazi, Vahid Lenjanzade.

#### Japão:

Satomi Yamamoto, Yutaro Shimokawa, Shinsha Kameo, Mizuki Ichikawa, Hayato Ishihara, Hiroki Kawabata, Hiromi Murakami, Kenta Kajitani, Kento Kusudo, Hirota Tanaka, Chiye Yamada.

#### Casaquistão:

Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Gani Madi.

#### Poland:

Jakub Barszczewski, Adrianna Drozdowska, Krzysztof Gubański, Justyna Kościńska, Kamil Lipiński, Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza, Teresa Teleżyńska, Anna Wandzel, Justyna Zielińska, Jacek Zych.

#### Romênia:

Cosima Rughiniş, Corina Brăgaru, Nicoleta-Mădălina Ailincăi, Costinel Anuţa, Adriana Bondor, Alexandra Ciocănel, Tatiana Cojocari, Andrei Dobre, Iulian Gabor, Ştefania Cristina Ghio-canu, Alexandra Isbăşoiu, Rodica Liseanu, Mădălina Manea, Anca Mihai, Andreea Elena Moldoveanu, Rareş-Mihai Muşat, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Ion Daniel Popa, Ioana Silistraru, Eliza Soare, Adriana Sohodoleanu, Diana Tihan, Elena Tudor, Carmen Voinea, Raisa-Gabriela Zamfirescu.

#### Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova.

#### Taiwan:

Jing-Mao Ho.

#### Turquia:

Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.

**Consultor de mídia:** Gustavo Taniguti.

## > Nesta Edição

Editorial: Olhando para trás, olhando para frente **2**

Sociologia, política e poder: uma entrevista com Anthony Giddens  
**Por Peter Kolarz, Reino Unido** **4**

### > A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA DA GRÉCIA

Grécia: uma história de geopolítica e de falência  
**Por Vassilis K. Fouskas, Reino Unido** **7**

Austeridades impostas pelo Estado na Grécia  
**Por Maria Markantonatou, Grécia** **10**

SYRIZA: da subversão ao pragmatismo  
**Por John Milios, Grécia** **12**

Vencedores e perdedores na crise financeira grega  
**Por Spyros Sakellariopoulos, Grécia** **15**

Os resgates gregos como crime estatal-corporativo  
**Por Stratos Georgoulas, Grécia** **17**

### > LUTAS PELO ABORTO NA AMÉRICA LATINA

O ativismo do aborto na Argentina na era do Misoprostol  
**Por Julia McReynolds-Pérez, EUA** **19**

A reversão dos direitos ao aborto no México  
**Por Susana Lerner, México, Lucía Melgar, Mexico e Agnès Guillaume, França** **22**

O aborto como violência: uma luta peruana  
**Por Erika Busse, Peru** **24**

### > AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO MUNDO ÁRABE

As ciências sociais no mundo árabe  
**Por Mohammed A. Bamyeh, EUA** **26**

Novas infraestruturas das ciências sociais na região árabe  
**Por Seteney Shami, Líbano** **28**

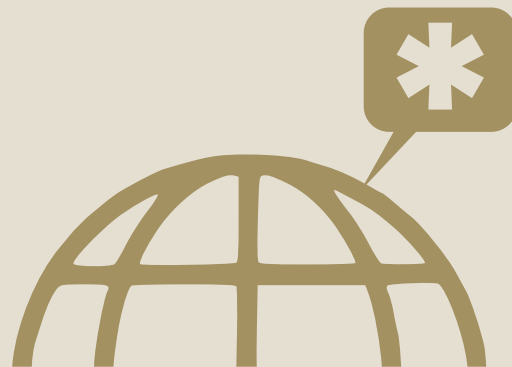
Ciências sociais árabes – antes e além da Primavera  
**Por Idriss Jebari, Líbano** **31**

### > COLUNAS ESPECIAIS

George Ritzer sobre a *McDonaldização* e o *Prosumo*  
**Por Labinot Kunushevc, Kosovo** **34**

Esquina da História: Mais de 40 anos com a sociologia internacional  
**Por Edward A. Tiryakian, EUA** **36**

Apresentando a segunda equipe editorial japonesa **38**



# > Sociologia, política e poder

## uma entrevista com Anthony Giddens



Anthony Giddens.

**PK:** Você escreveu sobre uma vasta gama de tópicos: teoria da estruturação, materialismo histórico, modernidade tardia e globalização, transformações da vida privada e da sexualidade, terceira via, mudanças climáticas, o futuro da UE e, mais recentemente, começou a palestrar sobre a revolução digital. Você diria que há algum fio condutor que percorre todos ou a maioria desses aglomerados que constituem seu trabalho?

**AG:** Minha agenda global tem sido olhar para a natureza da modernidade – o surgimento da ordem industrial e sua disseminação por todo o mundo, de longe o período mais revolucionário e transformador desde sempre. Para mim, a história é substancialmente descontínua: não há nenhum modelo evolucionário da história que funcione. Há sempre pessoas situadas, fazendo coisas em contextos ambientais, sociais e geográficos bem particulares, que condicionam o que esses agentes fazem; esses agentes, por sua vez, dão respostas e remodelam esses contextos de diversas maneiras. Eu não compartilho de uma visão durkheimiana das ciências sociais, na qual nós parecemos ser agentes passivos, em vez de seres conhecedores – que, de fato, somos. Erving Goffman – na minha opinião, talvez o maior sociólogo de todos – enfatizou a natureza prática do que as pessoas fazem em suas vidas cotidianas, sem necessariamente saber que o fazem. Minha ambição foi relacionar essa perspectiva com processos mais macroestruturais. Isso não é fácil de realizar, mas me parece crucial: muito da sociologia de antes fez parecer que éramos apenas brinquedos em causas sociais maiores. Eu queria descobrir a sutileza da relação entre essas coisas. Essa é uma das razões pelas quais eu sempre me interessei pelas transformações das comunicações e conexões. A transformação da vida cotidiana e da identidade é tão importante quanto os sistemas e problemas de maior escala que tentamos tratar.

**PK:** Então, se houvesse um elemento no corpo de sua

**Anthony Giddens** liderou o renascimento da sociologia britânica nos anos 1970, com livros pioneiros sobre teoria social que reinterpretaram os clássicos para a nossa era moderna. Ele dissecou a questão do agenciamento em um mundo estruturado, a ligação dos micro processos às forças macro e a relevância da globalização para a vida cotidiana. Mais recentemente, abordou as consequências da revolução digital e a ameaça à existência humana causada pelas mudanças climáticas. É autor de mais de trinta obras, ex-diretor e professor emérito da London School of Economics e, desde 2004, membro da Câmara dos Lordes. Na entrevista que se segue, ele reflete sobre o lugar da sociologia na política.

**Peter Kolarz** recebeu seu doutorado em sociologia pela Universidade de Sussex (Reino Unido). É consultor de pesquisa em políticas do Technopolis Group e é autor de vários estudos e avaliações de políticas, inclusive alguns para ministérios do Reino Unido e da Comissão Europeia. Seu livro *Giddens and Politics Beyond the Third Way: Utopian Realism in the Late Modern Age* saiu pela Palgrave Macmillan. A entrevista abaixo foi realizada na Câmara dos Lordes, em 8 de junho de 2016.

**obra que você consideraria mais importante para aqueles que procuram mudanças sociais e políticas, qual seria?**

**AG:** Ele seria no mesmo sentido do que estamos falando: a imensa sutileza da interação entre como as pessoas conduzem suas próprias vidas e, ao mesmo tempo, o fato de que elas são criaturas engendradas em estruturas maiores das quais fazem parte. Isso é tão verdadeiro na política como em outras áreas. Políticas bem-intencionadas nunca são suficientes e, muitas vezes, podem regredir.

**PK:** Em meu livro de 2016, *Giddens and Politics Beyond the Third Way*, destaco o seu conceito de realismo utópico. Trata-se de uma noção ainda atual para você?

**AG:** Realismo utópico é um conceito que ainda utilizo, sim. De modo geral, o desafio é conectar o idealismo utópico com a *realpolitik* – confrontando seus dois opostos. Uma política desprovida de ideais seria algo sem propósito diretivo. Temos de prever estados de coisas do outro lado do *status quo* a qualquer instante. Ao mesmo tempo, os ideais por conta



própria são vazios. A noção de realismo utópico me parece uma maneira útil de nos sensibilizar para o papel dos ideais – de ir além do aqui e agora, por um lado –, mas, ao mesmo tempo, mostrar que eles também têm valor na realidade, por outro lado. Trata-se de um dispositivo de sensibilização para pensar a política e o mundo. Na política democrática, um partido que se dedicou simplesmente a ganhar eleições não ganharia de fato nenhuma eleição; tampouco um partido com ideais muito elevados seria bem sucedido, pois falharia ao não conseguir mostrar como esses ideais se relacionam com a essência das preocupações e aspirações das pessoas. É difícil enquadrar esse círculo, como todos sabemos.

**PK: No que diz respeito ao seu trabalho político na década de 1990 sobre a globalização e a terceira via, qual seria o seu veredicto se olharmos para o cenário partidário e as políticas atuais? Há algo nesse debate que você ainda considere importante atualmente e que não foi adequadamente tratado?**

**AG:** É difícil lembrar agora, mas naquele momento a noção de globalização – que significa a crescente interdependência de indivíduos, organizações e Estados em todo o mundo – era ainda bastante nova, especialmente no contexto político. Tentar fazer com que os líderes políticos a levassem a sério era, no início, difícil. Eles apenas olhavam para mim sem entender nada. Em seguida, quase do dia para a noite, tudo mudou. Eles não paravam de falar disso, mesmo que, muito frequentemente, em um nível consideravelmente cru. Infelizmente, a maioria dos políticos e também muitos cientistas sociais usaram a noção para se referir essencialmente, ou totalmente, à disseminação dos mercados globais. A força motriz da globalização de então, como de agora – com o extraordinário avanço da revolução digital –, era, sobretudo, a comunicação, especialmente a comunicação eletrônica.

Eu usei o termo “terceira via” com alguma relutância. Para mim, não significava desenvolver uma posição política “entre” a esquerda e a direita, uma espécie de caminho intermediário. Muito menos eu a via como uma versão do neoliberalismo, uma crença na sabedoria infinita dos mercados livres. Como escrevi no meu livro *A Terceira Via*, de 1998, “a regulamentação dos mercados financeiros é a questão mais premente da economia mundial”. Eu era na época, e sigo sendo, crente da importância crucial do governo ativo – que, no entanto, não deve ser equiparado simplesmente com o estado, mas pode vir também de uma série de outras agências sociais. Eu era, assim como sou agora, um crente no desenvolvimento de mecanismos de governança global, ainda que profundamente desafiadores, como de fato são.

Para mim, a desigualdade era uma questão-chave – como pode-se facilmente notar ao ler o que eu escrevi. E ela se tornou ainda maior agora por causa das extremas desigualdades que surgiram no topo da pirâmide da riqueza, e da incapacidade de aumentar a produtividade e, portanto, os salários, sobretudo para a maioria das pessoas que trabalham em empregos de baixo nível. O livro de Thomas Piketty, *O Capital no século XXI*, tornou-se um sucesso mundial justamente porque fornece uma interpretação poderosa das razões estruturais que produziram essas disparidades

flagrantes, bem como algumas estratégias possíveis para reduzi-las.

Mas é claro que a política é nacional e o mundo é global. Portanto, permanece um problema fundamental: ainda temos que enfrentar a questão de como podemos conciliar a política nacional com um mundo inerentemente global. Boa parte das fontes do populismo vem dessa dificuldade, e também do fato de que todo mundo sabe que os políticos nacionais não têm o poder que eles reivindicam ter.

**PK: Você vê alguma maneira de romper essa disjunção entre a política nacional e as transformações e desigualdades globais?**

**AG:** Sim, tem de haver uma; e no meu livro sobre a Europa falei da necessidade de atacar de forma coordenada a questão dos paraísos fiscais e de tentar reverter a desindustrialização nas economias ocidentais, levando a uma reconstrução da produção, muito embora de uma forma completamente diferente do passado. Isso coincide com a revolução digital, porque uma vez que o dinheiro é eletrônico ele pode ser deslocado ao redor do mundo instantaneamente – um dos fatores que ajudam a generalizar paraísos fiscais. No entanto, pelo mesmo motivo, é mais difícil hoje esconder o vasto redemoinho de dinheiro corrupto em todo o mundo do que no passado. Acho que a opinião pública global também se voltou fortemente contra a ideia de que você pode, simplesmente, esconder vastas riquezas a nível global e esperar que ninguém se importe com isso.

Até agora, a governança global efetiva (sem falar em democrática) é um sonho; mas temos uma série de agências, grupos de nações e organizações internacionais tentando trabalhar em conjunto para lidar com os problemas globais. Será muito interessante ver o que irá resultar dos acordos de mudança climática de Paris: eles virão a ser resoluções vazias ou não? Nós não sabemos neste momento ao certo, mas elas são, de fato, muito diferentes de tudo o que foi acordado em papel antes. Na verdade, você já pode vê-las afetando fortemente a posição das indústrias de combustíveis fósseis, à medida que o valor de suas ações declina. Há pelo menos a possibilidade de uma verdadeira revolução global na energia de baixa emissão de carbono; e uma questão fundamental é quão rápido isso irá acontecer. Marx disse que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, e talvez seja essa uma versão desse princípio; mas veremos. A nova onda de globalização, provocada pelo ritmo, alcance e velocidade impressionantes que a revolução digital avança, é uma influência importante aqui.

**PK: Esse tem sido um tema frequente em seu trabalho: a globalização como a contração do tempo e espaço, provocada pela tecnologia da informação e comunicação, e os riscos e oportunidades associados a ela. Você acha que é possível direcionar tais desenvolvimentos, ou “cavalgar o gigante da globalização”, como disse uma vez, de uma forma razoavelmente construtiva, ou temos apenas de “sentar no banco do carona” e ver o que acontece?**

**AG:** A Internet é um fenômeno extraordinário em termos de



impacto. Ela é verdadeiramente global, algo que vai além de qualquer outra coisa que nós jamais esperamos. Ela liga as intimidades do eu ao mundo. No entanto, é apenas um elemento da revolução digital, devidamente compreendida. Os outros são os supercomputadores e a robótica. Eu passei a ver os supercomputadores como o principal meio de conexão. O *smartphone* em seu bolso é mais poderoso do que um supercomputador de algumas décadas atrás. Esse enorme poder algorítmico está disponível para o usuário mundano, assim como para organizações, empresas e estados. Quase todos os aspectos da sociedade mundial estão sendo afetados e transformados nesse sentido. Este é um mundo em que quase tudo é visível para todos, uma vez que os *smartphones* se tornaram difusos até mesmo para algumas das sociedades mais pobres do mundo. Muitos dos migrantes que saem de áreas oprimidas para buscar refúgio em outros locais estão usando *smartphones* e GPS para rastrear suas rotas desejadas. Essa é a migração do século XXI – assim como o ISIS, que mistura requintes medievais de violência com o domínio da tecnologia digital, é o terrorismo do século XXI.

Muitas pessoas veem a revolução digital produzir um mundo fragmentado; mas a maioria das inovações tem sido levadas a cabo pela intervenção do Estado, a miúdo com fins quase-militares. A Internet parece efêmera, mas tem uma existência física na forma de cabos sob os oceanos e satélites no céu – coisas que são, em última instância, garantidas pelos estados e pelo poder do estado. Então, eu acredito que o ressurgimento da geopolítica não é tão surpreendente como pensam. As enormes corporações e a publicidade onipresente também são forças motrizes. Esse é um novo ambiente, e muitas das mudanças que mais nos afetam não são mediadas por um processo político, mas pelo poder, seja ele emanado de estados ou de corporações gigantescas. Ninguém votou a favor de um mundo onde a pornografia esteja livremente disponível, em ambos os sentidos da palavra “livre”. Pode ser inócuo, ou não. Nós não sabemos justamente porque tudo é ainda tão novo.

**PK: Vamos falar sobre a política no presente: no momento você pode ver um debate construtivo sobre o futuro da esquerda?**

**AG:** Temos que tentar, e fazer, uma nova versão da centro-esquerda, que começa, sociologicamente falando, a partir das mudanças no tecido da sociedade mundial e do cotidiano que acabamos de mencionar. O debate sobre a terceira via emergiu de uma análise das principais mudanças que transformavam nossas vidas naquela época; temos de passar por um exercício semelhante nos dias de hoje. Devemos olhar para as grandes mudanças no mundo, ver qual a tração que se pode obter politicamente delas, e perceber como elas se encaixam no âmbito da política nacional e transnacional. O que aconteceu no Partido Trabalhista com o advento de Jeremy Corbyn, para mim, é algo híbrido – uma geração jovem diretamente envolvida no mundo digital, mas ideias que, em parte, derivam de anos atrás.

Nós, à esquerda, temos que ir adiante e pensar no futuro. Estamos muito além do chamado período de debate da ter-

ceira via, e novas ideias são urgentemente necessárias. Eu também sou contra a ideia de que, de alguma forma, tudo se torna fragmentado – eu não acho que isso seja verdade. Trata-se ainda de política de poder; trata-se de grandes questões como, por exemplo, de que forma podemos obter sociedades mais igualitárias no contexto de corporações globais, e como é possível recuperar ganhos adquiridos coruptamente, empilhados em paraísos fiscais? Portanto, o poder ainda conta muito. A colaboração entre as nações e, por conseguinte, a política democrática dentro das nações, e dentro da UE, é muito importante.

**PK: Isso nos leva à minha última pergunta. De forma mais bem sucedida do que a maioria, você passou da academia para a política formal. Eu estaria interessado em ouvir um pouco a sua opinião sobre como é ser um sociólogo dentro da política; relacionado a isso, você teria algum conselho específico para os cientistas sociais que se esforcem para garantir que seus trabalhos tenham algum alcance político, ou seja, que possam estar interessados em influenciar as coisas que acontecem em lugares como este.**

**AG:** Bem, eu estou na política, mas não sou da política. Eu era um acadêmico e permaneço como tal. Para mim, o melhor ambiente é a universidade, pois é lá onde me sinto mais em casa; e, como tentei sublinhar, as ideias e a investigação prática contam bastante na esfera política. Um dos principais problemas para qualquer acadêmico envolvido com a política é que você pode perder o contato com ambos os seus eleitorados. Para os acadêmicos você traiu sua objetividade acadêmica, enquanto que para os políticos você é alguém que não tem compreensão das exigências da vida política cotidiana. Você pode ficar emparedado entre os dois mundos muito facilmente.

Os mundos acadêmico e político são muito diferentes, e poucas pessoas tentam uni-los diretamente. Os *think tanks* desempenham um papel mediador importante entre a academia e a política. Eles dependem crucialmente da pesquisa feita nas universidades. Eles estão metidos no grande negócio de traduzir a pesquisa acadêmica em forma de propostas políticas práticas – e têm conexões mais estreitas com a mídia do que normalmente os acadêmicos têm. O topo dessas organizações muitas vezes está em estreita ligação com o governo do momento, ou com um espectro mais amplo de atores políticos. Não estou dizendo que seja a única rota, mas quando eu decidi me envolver um pouco mais diretamente com a política, em meados da década de 1990, aproximei-me do *Institute for Public Policy Research* (IPPR) – um ou dois acadêmicos que eu conhecia já estavam envolvidos com eles. A partir daí, eu achei possível desenvolver uma rede mais ampla de pessoas na esfera política. O IPPR e essa rede mais ampla em torno dele tinha boas conexões em outros países, incluindo os EUA. No entanto, eu nunca me tornei um conselheiro político formal para nenhum deles; eu continuei a me ver como um acadêmico. ■

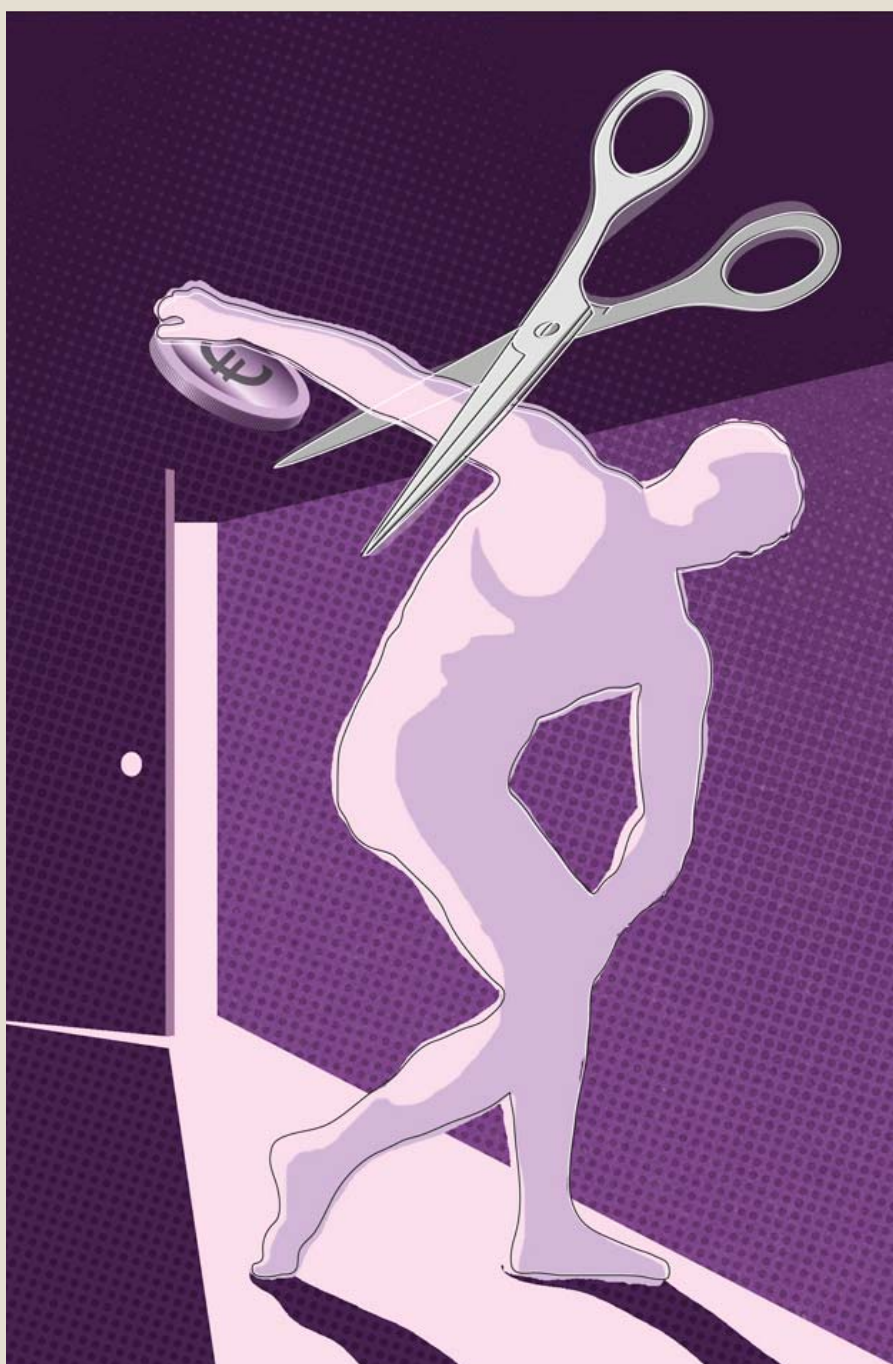
Contato com Anthony Giddens <[Ax.Giddens@lse.ac.uk](mailto:Ax.Giddens@lse.ac.uk)> e Peter Kolarz <[kolarz.peter@gmail.com](mailto:kolarz.peter@gmail.com)>

<sup>1</sup> Giddens, A. (2014) *Turbulent and Mighty Continent* (second edition). Cambridge: Polity.

# > Grécia: uma história de geopolítica e bancarrota

Por **Vassilis K. Fouskas**, University of East London, Reino Unido

Ao invés de *discus*, a *falência* simboliza a história grega. Ilustração por Arbu.



**F**undado em 1830, em um cone ao extremo sul da península balcânica, que abrange o Peloponeso, o sul da região da Rumélia, a Eubeia e o complexo de ilhas de Cíclades, o estado grego é resultado de um acidente geopolítico imperial, ao invés de uma burguesia nacional e industrial se expandindo economicamente. Em vez de refletir os processos revolucionários nacionais liderados pelo capital industrial contra um modo de produção feudal – como foi o caso, por exemplo, do *Junkers* da Prússia ou do Piemonte na Itália –, um limitado estado grego foi considerado necessário pelas potências imperiais ocidentais geoestratégicamente, como parte de um esforço para dissuadir a expansão territorial da Rússia e do Egito no Mediterrâneo Oriental. Fatores geopolíticos foram fundamentais para a fundação da Grécia – e, hoje, questões geopolíticas/geoestratégicas são de crucial importância para se entender a origem histórica da crise da dívida grega. Desde a fundação da Grécia moderna, a posição geográfica importante que o país ocupa tem sido usada pelo Ocidente não para o benefício da sociedade grega, mas para sua própria vantagem.



**> Os laços do século XIX com as finanças globais**

Para conduzir a guerra de independência contra os otomanos, as elites gregas tomaram emprestadas grandes quantidades de dinheiro do Ocidente. Na década de 1820, a Grécia recebeu dois empréstimos de £800.000 e £2 mi-lhões, respectivamente. Um primitivo aparelho de estado grego experimentou, então, sua primeira bancarota, em 1824-1825, quando não pôde atender aos empréstimos recebidos da França e Inglaterra. Em 1832-1833, um outro empréstimo, de 60 milhões (na época, em francos dourados), foi contratado e inteiramente consumido para as despesas da regência e da manutenção do exército. Esse empréstimo levou à outra falência, dessa vez em 1843.

Entre 1827 e 1877-1878, a Grécia foi excluída dos mercados financeiros ocidentais. Durante essas cinco décadas, e um pouco mais além disso, os governos recorreram (sem sucesso) aos empréstimos internos, ao mesmo tempo em que incentivaram projetos de investimento de gregos ricos em situação de diáspora, cujo capital comprador, juntamente com o dos comerciantes judeus e armênios, era proeminente no Império Otomano. Com baixos níveis de desenvolvimento industrial e incapaz de buscar economias de grande escala devido a sua pequena dimensão, a Grécia esteve marcada por uma economia periférica atrasada e uma política profundamente dependente ao longo de todo o século XIX. Assim, em 1893, o país declarou falência mais uma vez.

No entanto, apesar de suas finanças dilapidadas e de seus setores bancários e industriais ainda pouco sofisticados, a Grécia sempre fora vista pelas potências ocidentais a partir do prisma de seus interesses geopolíticos imperiais. À medida que os impérios austro-húngaro e otomano recuaram, novos espaços abriram-se para a Rússia e para o imperialismo da Europa Ocidental, este último renovado por novos atores, como a Alemanha e a Itália. Os micro estados balcânicos

cristãos ofereceram ao Ocidente oportunidades esplêndidas, fornecendo representantes em guerras em curso contra os turco-otomanos. No final da Primeira Guerra Mundial, os otomanos foram expulsos da Europa, e as fronteiras dos Balcãs, Europa Oriental, Oriente Próximo e Oriente Médio foram re-desenhadas.

Conquistando território e incorporando populações – nem todas elas gregas –, a Grécia viu uma atividade industrial substantiva nas duas primeiras décadas do século XX, sob a liderança liberal-nacionalista de Eleftherios Venizelos. Sob o apadrinhamento britânico, Venizelos conduziu uma “guerra por procuração” perdida contra as forças nacionalistas kemalistas na Ásia Menor. O rescaldo foi uma catástrofe total, tanto para a Grécia como para a Turquia moderna. Embora a Grécia tivesse recebido cerca de 1,4 milhão de refugiados cristãos, a homogeneidade étnica foi atingida pela primeira vez na história; a Turquia, por sua vez, tendo perdido suas classes empresariais mais empreendedoras, passou a depender fortemente de uma forma autoritária de desenvolvimento econômico liderado pelo estado, vindo a falhar também no ideal de homogeneidade étnica ou religiosa.

Sem uma base econômica robusta, e com suas elites políticas governantes intimamente ligadas aos interesses imperiais, a Grécia não poderia capitalizar suas vantagens geoestratégicas. Assim, em vez de sua localização geográfica servir como um ativo, ela tornou-se um passivo permanente. Isso se traduziu, diretamente, em um problema de balança de pagamentos que, aliado a constantes empréstimos internos, necessários para financiar uma máquina de estado clientelista e corrupta, produzia, ainda, repetidamente, dívidas insustentáveis.

**> A crise financeira de 1929 e suas consequências**

Na sequência da crise financeira global de 1929, a Grécia sofreu uma

quarta falência, em 1932. Posteriormente, o ditador Ioannis Metaxas promoveu uma política de industrialização por substituição de importações, melhorando substancialmente a balança de pagamentos do país. Além disso, à medida que a tocha imperial passava para a nova hegemonia global (os EUA), a Guerra Fria produzia dividendos para o país: a importância geopolítica da Grécia garantiu um influxo maciço de capital americano e de empréstimos, ao mesmo tempo em que marginalizava as forças internas comunistas da esquerda da Grécia durante a “Idade de Ouro do capitalismo”.

No entanto, mais uma vez, a Grécia permaneceu periférica e bastante dependente. É bastante característico disso o fato de que, na década de 1960, quando o diretor do Banco Central da Grécia, Xenofonte Zolotas, foi para a embaixada dos EUA em Atenas para pedir um empréstimo, o embaixador tenha respondido assinalando para um conflito geopolítico. Efetivamente, o embaixador disse que se a Grécia quisesse um empréstimo ela teria de aceitar o plano de Dean Acheson para o Chipre – um plano secretamente negociado entre as potências da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que propunha a divisão da ilha entre a Grécia e a Turquia, dispensando o arcebispo Makarios, que era, na época, o líder eleito do Chipre e o fundador do movimento separatista. Assim, a questão geopolítica e o problema da dívida foram tratados através de uma troca direta. Era tamanha a importância do Chipre para a OTAN e para o Ocidente que os EUA, por intermédio da CIA, instigaram uma ditadura militar na Grécia; e a democracia só foi restabelecida em 1974, quando o Chipre foi dividido.

Desde a década de 1950 até meados da década de 1970, a Grécia não conseguiu recuperar-se do atraso com relação ao núcleo ocidental. No entanto, durante todo esse período – e em contraste com as políticas keynesianas do Ocidente –, o país promoveu políticas que seriam mais tarde chamadas de neoliberais. Seu desenvolvimento







econômico foi dirigido pela oferta e por um projeto pró-monetarista, em boa parte devido à política da Guerra Fria. Embora a esquerda comunista pró soviética tivesse sido derrotada durante a Guerra Civil (1944-1949), ela ainda gozava de amplo apoio popular, o que significava que o governo conservador temia qualquer tentativa de abrir a política para a sociedade civil. Tanto a participação política como a política econômica orientada pela demanda permaneceram paralisadas até 1974.

Todavia, depois de 1974, os sucessivos ministérios gregos, liderados pelo partido de direita de Constantino Karamanlis (1974-1981) e pelo socialista Andreas G. Papandreou (1981-1989 e 1993-1996), transferiram a política grega para um ciclo de demanda, reabastecendo a máquina estatal com seus quadros político-partidários, nacionalizando grandes empresas privadas e, sobretudo na década de 1980, financiando o estado de bem-estar social grego, mediante empréstimos inescrupulosos (externos e internos), e não através da tributação. Mesmo tendo entrado na Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1981, a Grécia continuou a aplicar políticas orientadas para a demanda, em um momento em que a maior parte do Ocidente já estava a adotar a globalização/financeirização neoliberal.

E mais uma vez, considerações geopolíticas figuram em destaque: a Grécia foi admitida na CEE cinco anos antes de Portugal e Espanha, como parte de uma estratégia para estabilizar o flanco sul da OTAN, em um momento em que o investimento de capital fixo dos EUA na Grécia estava a secar. Na década de 1980, o capital alemão e francês passou a dominar cada vez mais a economia grega, pressionando o país a adotar uma agenda neoliberal para que pudesse servir de trampolim a partir do qual seria possível espalhar os serviços financeiros pelos Balcãs.

### > A deterioração da situação econômica na zona do Euro

Durante as duas décadas seguintes, sobretudo após a entrada do país na zona do euro, em 2001, a posição competitiva da Grécia deteriorou-se muito. Indústrias tradicionalmente mais lucrativas, como as têxteis, desapareceram. Os serviços financeiros e bancários dominaram a economia da Grécia, estendendo-se aos Balcãs e ao Oriente Próximo. Os bens públicos foram privatizados um após o outro. A dependência do país em relação aos empréstimos externos e internos aumentou de tal forma que, dada a abertura de ativos públicos à aquisição de capital estrangeiro e a perda de soberania monetária, é possível questionar se o termo “dependência” descreve adequadamente a posição econômica

global do país.

Quando a crise financeira global chegou à zona do euro, a Grécia sofreu ainda mais, porque ela era, e segue sendo, o elo mais fraco da cadeia financeira neoimperial da acumulação de capital. Vinte anos de financeirização neoliberal, seguidos por medidas de austeridade agudas e de acordos de resgate, não resolveram nenhum dos problemas econômicos históricos da Grécia: atraso industrial, mal-estar institucional, grandes déficits em conta corrente e elevada dívida em relação ao PIB, défices orçamentários maciços e problemas fiscais. O que é necessário, hoje, é um investimento público robusto, um esforço para construir novos setores industriais e agrícolas baseados em nichos de produção, como energia solar e crescimento verde. Ao mesmo tempo, uma política externa independente poderia aproveitar a posição geoestratégica do país e sua missão pacifista nos turbulentos Balcãs e no Oriente Próximo. E se isso não pode ocorrer dentro da zona do euro, da forma como ela está estruturada atualmente, então é a zona do euro que é problemática, não a Grécia. ■

Contato com Vassilis Fouskas  
<[v.fouskas@uel.ac.uk](mailto:v.fouskas@uel.ac.uk)>

# > A austeridade imposta pelo Estado na Grécia

Por **Maria Markantonatou**, Universidade do Egeu, Grécia



*Um vendedor de rua recolhe suas roupas fora das persianas de uma loja no centro de Atenas. Foto por Petros Giannakouris / AP Photo.*

série de acordos entre a Grécia e seus credores internacionais. Para que a Grécia tenha acesso a empréstimos que poderiam possibilitar o pagamento de suas obrigações e dívidas externas, medidas de austeridade foram impostas, além de legislação favorável às empresas, de processos de privatização e redução do estado de bem-estar social grego – já encolhido desde meados da década de 1990.

Algo que começou com o Memorando I, e que segue com o atual Memorando III, a disciplina fiscal tornou-se a nova doutrina. As ameaças, a pressão e o terrorismo psicológico mais ou menos aberto dos credores em relação aos efeitos de um possível “Grexit” (saída grega da União Europeia) prevaleceram, apesar da intensificação da resistência que envolveu centenas de greves, manifestações, protestos, ocupações e novos movimentos sociais e partidos políticos que se opunham aos acordos de austeridade.

Como resultado das políticas de austeridade, desde 2010, o PIB da Grécia caiu mais de 27%, declínio comparável ao do PIB dos EUA na década de 1930. Os padrões de vida deterioraram-se drasticamente; os cortes de salários e pensões variaram de 20% a 50%, juntamente com o aumento da tributação de emergência; grande parte da população foi levada à pobreza. No setor público, as despesas foram reduzidas rapidamente, milhares foram demitidos e o recrutamento foi congelado; ao mesmo tempo, os procedimentos acelerados permitiram ao governo privatizar muitos dos ativos estatais remanescentes. As organizações públicas – desde empresas de posse do estado até escolas, hospitais e asilos – foram fechadas ou fundidas com pouca consideração. As demais instituições estavam sobrecarregadas e, portanto, foram incapazes de atender às crescentes necessidades sociais, levando a uma degradação radical dos serviços públicos, incluindo saúde, educação e bem-estar social.

Com o desemprego subindo de quase 9%, em 2006, para

**D**esde a sua criação, a zona do euro tem seguido propostas que são influenciadas pelo grande economista liberal Friedrich Hayek, especialmente quanto ao isolamento da política monetária e fiscal da política nacional – e, portanto, dos processos e dos controles democráticos. Esse projeto tem sido realizado por meio de um banco central supostamente independente e de um quadro institucional que requer economias heterogêneas para aderir às regras da moeda forte – mesmo que, como na era do padrão-ouro, essas regras não funcionem igualmente em benefício de todos os países. A orientação para o mercado da zona do euro tornou-se mais evidente desde o início da crise global. Mesmo que algumas forças políticas dentro do projeto de integração europeia fossem inicialmente a favor do bem-estar social, desde 2010, a gestão da crise, especialmente em relação à Grécia, sinalizou a derrota dessa visão de uma “Europa social”.

Desde 2010, um liberalismo econômico duro foi imposto à Grécia, algo que começou com a exclusão do país dos mercados internacionais. Ao longo dos últimos seis anos, governos de várias orientações políticas (socialdemocratas, de direita, de esquerda, tecnocráticos, temporários e de coalizões) impuseram, às pressas, dezenas de novas leis e regulamentos no âmbito dos chamados “Memorandos de Entendimento”, uma

27%, em 2014, a classe trabalhadora da Grécia não vê mais perspectivas para um futuro melhor: já é claro para todos que a economia não irá se recuperar imediatamente. Com mais de metade dos jovens desempregados e com a intensificação da precarização das condições de trabalho, os recém-chegados ao mercado enfrentam graves problemas. As famílias são menos capazes de sustentar as crianças e os idosos devido aos cortes nos salários e nas aposentadorias – desafiando o modelo familiar grego e o que resta do estado de bem-estar, que nunca foi tão desenvolvido quanto no norte da Europa. Embora esse modelo familiar seja, às vezes, considerado um sintoma de um capitalismo subdesenvolvido – uma visão que se reflete nas reformas “modernizadoras” estabelecidas nos Memorandos da UE –, atualmente, não há evidências de que a Grécia esteja se movendo em direção a qualquer tipo de Estado de bem-estar social europeu. Considerando que o modelo familiar da Grécia e o que resta de seu estado de bem-estar social necessitam de “reforma”, os credores insistiram na desregulamentação e na mudança para um modelo de mercado – o que significa que hoje a proteção social permanece disponível apenas para aqueles que podem pagar.

Tal desregulamentação não foi resultado de qualquer tipo de diálogo entre os atores sociais, ou de qualquer consenso social. As decisões nacionais e supranacionais tomadas de forma não-transparente através de “procedimentos de emergência” – que representam tanto as prioridades dos credores como as das elites nacionais – fundiram-se durante a crise, de modo a obscurecer as fronteiras entre as tarefas correspondentes e as responsabilidades dos atores políticos nacionais e internacionais. Os eleitores gregos foram excluídos das decisões políticas, tendo as conferências do Grupo Europeu e do Conselho de Assuntos Econômicos e Financeiros substituído as funções parlamentares. A imposição de um “governo tecnocrático”, em 2011, com um banqueiro internacional servindo como primeiro-ministro, foi o ponto alto de todo esse processo. Ao mesmo tempo, as ferramentas democráticas tornaram-se ineficazes, com referendos cancelados ou tratados como cancelados durante o período de crise.

A ideia de Karl Polanyi de que a separação entre economia e sociedade é algo inerente ao liberalismo de mercado não seja tão explícita em qualquer outro lugar do mundo como na Grécia de hoje. Tal separação constitui uma forma de liberalização fomentada pela intervenção do Estado. Longe de ser uma contradição em termos, como explicou Polanyi, o sistema de mercado sempre foi produto de uma intervenção deliberada do Estado. Esse padrão é evidente, também, nos acordos dos memorandos, que constituem, talvez, as intervenções políticas mais amplas e detalhadas da história da União Europeia.

Na versão de Polanyi sobre o capitalismo do século XIX, os liberais colocaram a culpa em grupos sociais específicos pela crise ou pelo mau funcionamento do mercado autorregulador. Da mesma forma, na Grécia contemporânea, a

narrativa prevalecente é a da culpabilização da sociedade pela situação do país: afinal, os trabalhadores gozavam de salários excessivamente altos, os funcionários públicos eram muito numerosos, os benefícios sociais demasiadamente generosos e a propriedade pública muito grande. Logo, a austeridade supervisionada tem sido apresentada como punição legítima, destinada a acabar com o comportamento libertino generalizado, a fim de ajudar o mercado a se recuperar.

A gestão da crise da Grécia é parte de uma estratégia para a institucionalização da austeridade em toda a zona do euro. Um dos instrumentos foi um Pacto Fiscal que deu às autoridades europeias, supostamente não políticas, um maior poder de vigilância dos orçamentos nacionais. Mas a crise também trouxe à luz as deficiências estruturais e a fragilidade da União Monetária Europeia. À medida que as economias da zona do euro foram sendo reorientadas para um neo-mercantilismo competitivo, as forças de extrema-direita e neofascistas aumentaram a sua influência eleitoral. O otimismo sobre a integração europeia deu, gradualmente, lugar a apelos políticos para uma maior soberania nacional e estatal – conceitos que, há alguns anos atrás, eram considerados ultrapassados. As propostas daqueles que se encontram do lado da “mais Europa” e “mais integração política”, agora, soam como algo retórico; as elites da zona do euro estão mais preocupadas com o fortalecimento do liberalismo econômico, opondo-se, assim, a qualquer esforço para aliviar a austeridade ou a disciplina fiscal em países sob programas de ajuste estrutural, ou para aumentar os fundos para o trabalho e o investimento público e, muito menos, para o alívio da dívida.

A austeridade punitiva, a disciplina fiscal constitucionalizada e o colonialismo neoliberal intra-europeu agravaram as condições do trabalho e criaram mais precarização, aprofundando, com efeito, a desregulamentação social e a instabilidade política na Grécia e em outros lugares. Enquanto não existirem planos convincentes que ofereçam uma rota para fora da austeridade, as assimetrias entre as economias nacionais e as desigualdades de classe aumentarão, fortalecendo o sentimento dos cidadãos comuns em diferentes países de que decisões importantes só são tomadas em outro lugar por elites impessoais internacionais. Nesse clima, o euro-ceticismo, as demandas anti-globalização e os argumentos para quebrar a zona do euro atrairão audiências mais amplas. A questão é qual a forma política que essas demandas e argumentos tomarão e quais forças sociais serão dominantes. Será que prevalecerão aqueles que lutam pela democratização e pela ruptura com o neoliberalismo? Ou a extrema-direita da Europa logrará promover uma virada nacionalista mais profunda? Até agora, o pêndulo de Polanyi do “duplo movimento” sugere que as forças do mercado e seus representantes políticos têm saído vitoriosos, deixando a democracia ferida e aumentando as perspectivas acerca de futuros cenários tenebrosos. ■

Contato com Maria Markantonatou  
<[mmarkant@soc.aegean.gr](mailto:mmarkant@soc.aegean.gr)>

# > SYRIZA da subversão ao pragmatismo

Por **John Milios**, Universidade Técnica Nacional de Atenas, Grécia



Comício da SYRIZA em Atenas.

**A** SYRIZA (Coligação da Esquerda Radical) foi formada em 2004 como uma coalizão razoavelmente ampla, envolvendo mais de dez diferentes correntes e grupos políticos de esquerdas. Sua formação surgiu de um processo iniciado em 2000, quando a maioria dos grupos políticos que posteriormente iriam compor a SYRIZA se encontraram no movimento grego e europeu de alterglobalização. Em 2001, muitos milhares de esquerdistas gregos participaram das manifestações contra a reunião do G8, em Gênova, possivelmente a maior manifestação europeia antiglobalização já vista; muitos desses participantes pertenciam a organizações políticas

>>

que, mais tarde, formariam a SYRIZA, um grupo de coalizão que emergiu, portanto, como polo assertivo de esquerda no cenário político e no parlamento grego.

Historicamente, a SYRIZA derivou de quatro principais tradições: uma tradição comunista (marcada por tensões entre grupos pró-soviéticos e euro-comunistas); uma tradição esquerdista extraparlamentar (marcada por suas próprias tensões, principalmente entre trotskistas, maoístas e sub-tradições euro-comunistas radicais); o movimento “alterglobalização”, ou globalização alternativa, do início da década de 2000; e a tradição social-democrática reformista da Grécia, especialmente depois das cruciais eleições de 2012, quando o partido social-democrata grego (Movimento Socialista Pan-helénico – PASOK) se desintegrou. De 4,6% nas eleições nacionais de 2009, a SYRIZA subiu para quase 27% em 2012. Enquanto isso, o PASOK despencou, caindo de quase 44% em 2009 para 13,8% em 2012. Desde o fim do governo militar em 1974, o PASOK alternou no poder com o partido de direita, Nova Democracia; mas em janeiro de 2015 o PASOK caiu para apenas 4,6%, enquanto que a SYRIZA se tornou o partido no poder com mais de 36% dos votos.

A coalizão continuou a evoluir desde então. A partir de 2012, quando se tornou o principal partido de oposição do país, ela adotou gradualmente uma postura reformista, mudando para o “pragmatismo” e distinguindo o “antigo SYRIZA de 4%” do “novo SYRIZA de 27%”; nesse período, também, muitos ex-membros do PASOK se juntaram ao SYRIZA. Nas eleições para o Parlamento Europeu, de 2014, a SYRIZA liderou com 26,5%, e parecia estar pronta para formar um governo como sendo a liderança principal nas próximas eleições nacionais. Clamando para que os membros do partido considerem a “eficácia” e “a salvaguarda da nossa vitória eleitoral”, muitos líderes da SYRIZA começaram a flertar com políticos de centro-esquerda e pequenas formações políticas centristas.

A linguagem oficial do partido nos meios de comunicação de massa, os slogans e seus alvos anteriores também começaram a mudar. Seu slogan, “Por um governo de esquerda”, foi gradualmente substituído por uma auto-descrição, tal como um “Governo de Salvação Nacional”. “Redistribuição de Poder, Riqueza e Renda em Benefício do Trabalho” foi substituída pela “Reconstrução Produtiva do País”. As posições mais programáticas – incluindo o controle democrático da sociedade e da economia pelo povo, o desenvolvimento de esquemas produtivos autogeridos e cooperativos, bem como uma economia social sem mercado – foram postas de lado.

O programa pré-eleitoral da SYRIZA prometeu o fim das políticas de austeridade e um acordo com os credores do país para financiar o setor público grego; algumas semanas após a ascensão da SYRIZA ao poder, essas promessas deram lugar a negociações para um Memorando mais suave e um acordo preliminar assinado pelo Ministro das Finan-

ças, Y. Varoufakis, em fevereiro de 2015. Varoufakis nunca tinha sido um membro do partido, tampouco apoiador de qualquer esquerda atual; logo após a sua nomeação como ministro, ele se afastou publicamente das posições programáticas da SYRIZA. Ele descreveu a crise como algo que vitima todas as classes sociais igualmente, pedindo um modelo orientado para a exportação e rejeitando os aumentos salariais, argumentando que esses prejudicariam a competitividade. Assim, a sua repetida afirmação pública de que 70% das medidas do Memorando seriam benéficas para a Grécia não pode ser tida como uma coincidência.

No entanto, a SYRIZA não chegou ao poder com a promessa de promover 70% das medidas do Memorando. Se tivesse, a coalizão provavelmente não seria incluída no mapa parlamentar grego de hoje, muito menos desempenhando um papel fundamental. A visão refletida nas declarações de Varoufakis redefiniu o mandato da SYRIZA, o que praticamente equivaliu à tentativa de remodelar a aliança social que até então tinha apoiado a experiência histórica de um governo de esquerda na Grécia.

O acordo de fevereiro de 2015 deixou claro que o governo grego estava negociando dentro do quadro de austeridade neoliberal europeu, apenas buscando uma folha de figueira para esconder seus compromissos. Essa folha envolveu, por um lado, um programa moderado para “acabar com a crise humanitária” (fornecendo subsídios à energia, vale-alimentação para os extremamente pobres, etc.) e, por outro, uma rejeição da redução nominal direta dos salários e das aposentadorias, mantendo, assim, as diretivas preexistentes em matéria de demissões em massa e de baixos coeficientes de impostos para determinados bens de consumo de base. O governo renunciou ao seu programa pré-eleitoral, procurando, ao contrário disso, acordos que simplesmente deixaram intacto o quadro neoliberal institucional e econômico da Grécia, na esperança de evitar mais medidas de austeridade em relação a baixos e médios rendimentos.

No entanto, os credores nunca aceitaram essas propostas, oferecendo um plano para financiar a Grécia por intermédio de políticas neoliberais mais profundas, de modo a incluir novos cortes de salários e pensões (o “Plano Juncker”, por ). Em cinco meses de negociações, o governo nunca recebeu nenhuma das parcelas prometidas de seus credores, embora a Grécia tenha continuado pagando suas obrigações de dívida ao Banco Central Europeu (BCE) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), até o esgotamento final de todo o fundo público e o atraso, por necessidade, de um pagamento ao FMI no final de junho de 2015, quando o governo praticamente ficou sem dinheiro. Naquela semana, o primeiro-ministro A. Tsipras pediu um referendo sobre o “Plano Juncker”. Antes da votação, a Grécia teve que limitar as retiradas dos bancos gregos (“feriado bancário” e “controles de capital”), pois o BCE se recusou a emprestar aos bancos dinheiro adicional quando os correntistas, aflitos, sacaram suas economias.





*Alexis Tsipras, que em um dado momento foi o queridinho da esquerda anti-austeridade da Europa.*

A campanha de referendo destacou divisões sociais e de classes não vistas há décadas. Duas “Grécias” lutaram uma contra a outra: os pobres, assalariados, os desempregados e muitos pequenos empresários exigiram um voto “não”, enquanto as classes altas agitaram-se pelo “sim”. Com os bancos fechados, a propaganda dos meios de comunicação advertiu que um possível “não” conduziria a um desastre, enquanto os empregadores pressionavam os trabalhadores a votar “sim”; entretanto, quase dois terços dos gregos (61,3%) votaram “não”. Mas, no Parlamento, o governo transformou o “não” num voto “sim”, trabalhando em conjunto com a oposição conservadora. Em julho de 2015, quando a SYRIZA assinou um novo Memorando que praticamente duplicava o “Plano Juncker”, isso foi descrito como resultado de chantagem, derrota na luta entre a Grécia, seus credores e a elite dogmática europeia.

Essa interpretação faz eco a vozes dentro da SYRIZA que veem os Memorandos como um erro econômico que não impulsionará o crescimento ou, então, como um ataque à Grécia por “interesses estrangeiros”. Assim, a capitulação final da SYRIZA é apresentada como o que alguns membros do partido denominam de uma “queda heróica em uma batalha desigual”, algo que poderia ser revertido no futuro por medidas governamentais equivalentes, como os esforços para combater a corrupção e modernizar as estruturas do Estado. No entanto, a austeridade não é apenas uma “política falsa”, mas uma estratégia de classe que promove os interesses do capital sobre os dos trabalhadores, dos desempregados, dos pensionistas e dos economicamente vulneráveis; além de oferecer menos direitos para o trabalho, uma proteção social fraca, baixos salários flexíveis e nenhum poder de barganha significativo.

Para além de certos limites, a sujeição de todas as partes da vida social a mercados livres pode criar um risco político para o establishment neoliberal, pois pode desencadear surtos descontrolados de protesto social. Tal risco político foi uma arma forte na medida em que a classe trabalhadora grega e a SYRIZA procuravam parar a austeridade. Mas essa arma dependia de uma pré-condição: que a SYRIZA mantivesse seu programa e suas prioridades, colocando as pessoas à frente dos lucros.

No entanto, essa estratégia foi abandonada desde as vitoriosas eleições para o Parlamento Europeu de 2014, quando a SYRIZA se voltou para um caminho reformista-neoliberal como pré-requisito para o “crescimento e a estabilização”. As raízes dessa mudança não estavam apenas nos novos desafios, mas também na tradição política da esquerda pós-stalinista da Grécia. Seu reformismo patriótico foi caracterizado pelo governamentalismo – isto é, a ideia de que formar um governo de esquerda é uma condição adequada e suficiente para a mudança política – e o economicismo – que vê a evolução social como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, algo que se acredita ser a condição inevitável para a transformação das relações de produção.

Ao assinar um novo Memorando, a SYRIZA concordou em limpar o quadro grego da “rigidez” institucional e do mercado de trabalho – o que, de fato, refletiu as vitórias anteriores dos trabalhadores. A SYRIZA permanece dominante na cena política grega, mas hoje a coalisão é melhor entendida como um partido social-democrata mainstream do que propriamente como movimento da esquerda radical. ■

Contato com John Milios <[john.milios@gmail.com](mailto:john.milios@gmail.com)>

# > Vencedores e perdedores na crise financeira grega

Por **Spyros Sakellariopoulos**, Universidade Panteion, Grécia

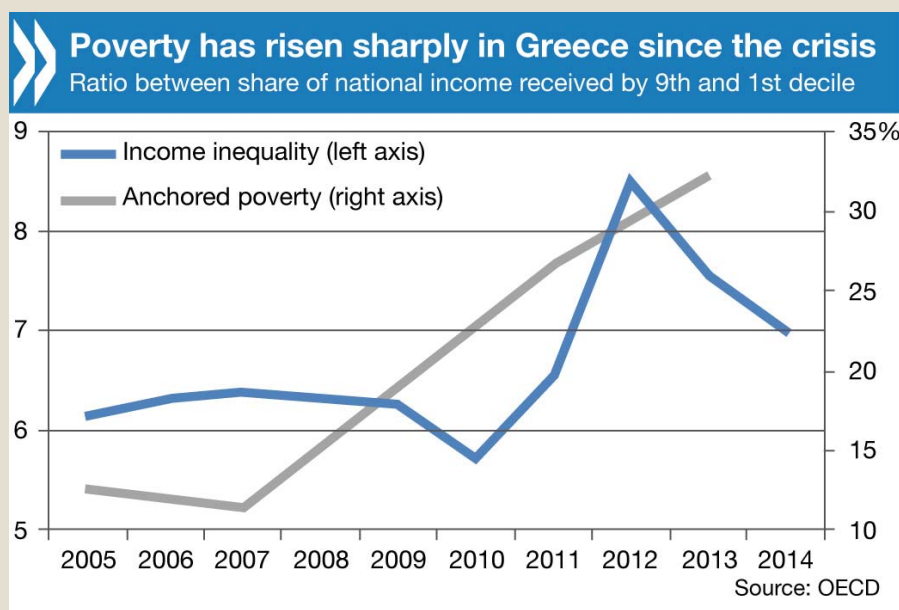


Gráfico mostrando a crescente pobreza e desigualdade de renda desde o início da crise grega.

**N**o início de 2010, o então primeiro-ministro George Papandreou concluiu que o estado das finanças públicas gregas estava tão terrível que o país não poderia esperar tomar empréstimos nos mercados globais e, portanto, não poderia mais pagar a sua dívida pública.

Contrariamente às noções prevalentes, os problemas da Grécia não se originavam dos altos salários de trabalhadores gregos, nem eram simplesmente o resultado de um Estado gastador: os salários gregos correspondem a apenas cerca de 83 por cento dos níveis prevalentes na UE15 (ou seja, os países que eram membros da União Europeia antes da expansão de 2004), enquanto que,

como porcentagem do PIB nacional, as despesas públicas per capita estão exatamente na média do bloco. Em vez disso, a crise financeira grega decorreu da estratégia da classe dominante nacional e da sua integração na divisão internacional do trabalho, em especial com a adesão da Grécia à Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1981, e à União Monetária Europeia, em 2002. A incapacidade do capitalismo grego para competir nos termos estabelecidos pela moeda única levou a um colapso do PIB com o consequente aumento da razão da dívida em relação ao PIB.

Em todo o caso, no início de 2010, na esperança de pagar os empréstimos aos bancos franceses e alemães que detinham a maioria dos títulos

gregos - e para evitar a falência, que teria transferido o problema da Grécia para o coração da economia europeia - foi decidido que a Grécia tomaria um empréstimo da União Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

Mas antes que pudesse pegar o dinheiro emprestado, a Grécia teria primeiro que adotar medidas de austeridade. Entre 2010 e 2016, foram implementados três acordos de cooperação econômica, um programa de médio prazo e oito pacotes de medidas especiais - que incluíram, entre outras medidas, cortes nos salários dos funcionários públicos, cortes nas pensões para os idosos, redução dos salários mínimos (de 751 euros para 586, para a maioria dos trabalhadores

gregos, e para 490, para os menores de 25 anos), um aumento do IVA de 19% para 24%, tributação extensiva dos bens imobiliários, novas formas de flexibilização do emprego, grandes cortes nos empregos do setor público, aumentos regressivos de impostos, e muito mais.

Quão eficazes foram essas políticas? Para começar, a dívida pública - a causa pela qual todas essas medidas foram adotadas - aumentou, em termos absolutos e relativos. De 300 bilhões de euros no final de 2009, a dívida grega subiu para 314,4 bilhões de euros até ao final de 2015; na verdade, porque a economia grega encolheu nesse período, a dívida nacional como porcentagem do PIB disparou de 126,7% para 179%. Enquanto isso, o desemprego subiu de 9%, em 2009, para 23,5%, em maio de 2016, enquanto o PIB caiu de €237,4 bilhões, em 2009, para €179 bilhões, em 2015.

Essas estatísticas revelam o fracasso de todas as medidas tomadas. Mas um olhar mais aprofundado revela que a política produziu vencedores e perdedores. Do lado perdedor, estão as classes trabalhadoras (assalariados e pequenos e médios produtores agrícolas). Vale a pena notar também, que apenas 15% dos desempregados hoje recebem auxílio-desemprego; antes da crise, 40% dos desempregados gregos podiam pedir benefícios. A porcentagem de pessoas incapazes de satisfazer as suas necessidades básicas aumentou de 11% para 20%; hoje, mais de um milhão de gregos vivem em casas onde ninguém trabalha, ou onde os que trabalham, fazem-no menos de três meses por ano. 50% dos pensionistas recebem uma pensão inferior a € 500 por mês. De 2009 a 2015, a taxa nacional de pobreza passou de 27,6% para 35,7%.

Mesmo aqueles que mantiveram seus empregos, perderam renda. A proporção dos salários no PIB caiu de 64% para 54% e, no geral, os assalariados perderam um terço do seu

poder de compra. O poder de compra médio caiu de 84% da média da UE15 para 65%. Entre 2008 e 2015, 427.000 gregos emigraram, a grande maioria universitária. Das 849.289 empresas ativas na Grécia, em 2008, apenas 692.286 ainda estavam em atividade em 2014. E a desigualdade aumentou: a relação entre a renda dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres passou de 5,6 / 1 para 6,6 / 1.

O declínio dos padrões de vida também é evidente nos dados demográficos gregos. As despesas de saúde diminuíram 25%. Entre 2011 e 2014, o último ano com estatísticas disponíveis, houve menos nascimentos do que mortes. A mortalidade infantil aumentou em 51%.

Mas quem são os vencedores? Entre os maiores vencedores estão os bancos estrangeiros, que no início da crise se viram detendo uma grande proporção da dívida grega. Em junho de 2010, o total de dívida pública e privada para bancos estrangeiros era de US\$252,1 bilhões, com um total de 75,1% devido a bancos franceses (US\$ 83,1 bilhões), alemães (US\$65,4 bilhões) e norte-americanos (US\$ 36,2 bilhões). Em dezembro de 2010, a soma devida aos bancos estrangeiros tinha sido reduzida em 42%, para US\$ 145,7 bilhões (US\$56,7 bilhões para bancos franceses, US\$34 bilhões para bancos alemães, US\$7,3 bilhões para bancos americanos). Durante o primeiro acordo, os bancos ganharam tempo para vender uma grande parte da dívida grega - um padrão que se tornaria ainda mais evidente em dezembro de 2011, quando os bancos estrangeiros reduziram sua exposição à dívida grega para US\$35 bilhões. Nas eleições de 2012, os bancos estrangeiros estavam quase totalmente livres da dívida grega.

Quanto aos vencedores dentro da Grécia: em 2010, as empresas mais rentáveis do país obtiveram lucros na ordem de 2,2 bilhões de euros; até 2014, esse montante havia crescido

para 10,2 bilhões de euros. Entre 2009 e 2014, as 300 empresas com maiores vendas (excluindo o setor financeiro), aumentaram seu faturamento de 53,6% do total para 59,8%, e seus ativos de 42,2% para 44,0%.

Por último, mas não menos importante: em 2011, 445 pessoas na Grécia tinham uma fortuna superior a 30 milhões de euros, atingindo um total de €50 bilhões, cerca de 24% do PIB. Até 2014, esse grupo privilegiado tinha crescido ligeiramente: 565 pessoas tiveram fortunas pessoais que totalizaram €70 bilhões ou 39,5% do PIB para aquele ano. Em 2014, esse grupo de elite incluiu onze bilionários gregos, com ativos totais de €18 bilhões, ante 9, em 2013, com ativos de €16 bilhões.

Esses desenvolvimentos se refletem nos padrões de estratificação social do país. De acordo com uma pesquisa realizada recentemente, a atual burguesia grega representa 2,8% do PIB (contra 3,2% em 2009); os estratos rurais ricos 0,6% (contra 0,7% de antes); a pequena burguesia tradicional 7,0% (contra 7,3% de antes); a nova pequena burguesia 21,9% (contra 29,5% de antes); os estratos rurais médios 1,2% (contra 1,9% de antes); os estratos rurais pobres 7,3% (contra 7,4% de antes); e a classe trabalhadora 59,2% (contra 49,1% de antes).

Quaisquer que sejam as razões para essas políticas, o resultado traz um selo social claro. Grandes bancos estrangeiros, sob a tutela de instituições financeiras internacionais e seus países de origem, cuidaram de seus próprios interesses. Apesar das perdas ligadas à liquidação econômica de alguns setores, a elite econômica do país ampliou sua riqueza e aumentou seus lucros em virtude da intensificação da exploração da classe trabalhadora local e da contração de pequenas e médias empresas. ■

Contato com Spyros Sakellariopoulos  
<[sakellariopoulos@gmail.com](mailto:sakellariopoulos@gmail.com)>



# > Os resgates gregos como crime estatal-corporativo

Por **Stratos Georgoulas**, Universidade do Egeu, Grécia



Quem ganha com os resgates?

**R**ecentemente, a comunidade acadêmica internacional procurou definir o “crime estatal-corporativo”, isto é, ações ilegais ou socialmente prejudiciais criadas pela interação de instituições políticas de governança e econômicas de produção e distribuição.

Do ponto de vista político e de pesquisa, o termo corresponde ao que é muitas vezes chamado de “corrupção”, mas há duas diferenças importantes. Em primeiro lugar, o esforço para criminalizar esses atos visa proteger os direitos humanos e prevenir danos sociais; esses atos envolvem muito mais perdas de vidas, danos físicos e de outros tipos, e perda de bens ou dinheiro, do que atos criminosos mais comumente reconhecidos como assassinato, tentativa de assassinato, roubo, etc. Em segundo lugar, as raízes desse crime estão intimamente ligadas a conflitos políticos banais e à ação social: a interdependência do Estado e do capital - seja por meio da conversão direta de dinheiro público em contratos privados, seja por meio do fornecimento de instalações e pela promoção de políticas específicas - está no âmago da nossa sociedade capitalista.

Além disso, esses crimes estatais-corporativos muitas vezes envolvem uma dimensão adicional. Os “crimes de glo-

balização” acrescentam, então, uma dimensão interessante, quando instituições supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, causam danos sociais reais a populações inteiras. As políticas de cima pra baixo e os programas econômicos em sintonia com os interesses de países poderosos e de companhias multinacionais têm efeitos drásticos em vidas humanas, principalmente em “países em desenvolvimento”, quando programas como “Pagamento da Dívida” levam à instabilidade política, portanto, a sistemas de governança paternalistas ou clientelistas que geram o crime organizado, a corrupção, o autoritarismo, a repressão do Estado, o uso da tortura e até a possibilidade de genocídio.

Na Grécia, onde vivemos sob a implementação de Memorandos de Políticas definidos por acordos governamentais e organizações supranacionais, como os credores internacionais, vimos violações de direitos humanos e danos sociais generalizados. As medidas implementadas no âmbito dos “programas de resgate” têm afetado diretamente as condições de vida, violando os direitos humanos que a Grécia é obrigada a respeitar, proteger e promover segundo a lei interna, regional e internacional. Os ajustes drásticos impostos à economia e à sociedade gregas provocaram uma rápida deterioração dos padrões de vida e são incompatíveis com a justiça social, a coesão social, a democracia ou os direitos humanos. Que direitos humanos foram violados? Vamos a alguns exemplos.

**O direito ao trabalho.** As reformas do mercado de trabalho impostas pelos Memorandos prejudicaram gravemente o direito ao trabalho na Grécia, causando grave colapso institucional. A destruição de acordos coletivos de longa data e a arbitragem trabalhista ressuscitaram os contratos individuais de trabalho como principal determinante das condições de emprego. Sucessivas reduções de salários e aumentos de impostos trouxeram demissões em massa, padrões de trabalho deteriorados, maior insegurança no trabalho e criaram uma precarização generalizada, empurrando mulheres e jovens trabalhadores para empregos excessivamente flexíveis e mal pagos. O salário mínimo foi reduzido para um nível abaixo do limiar de po-



breza da Grécia.

**O direito à saúde.** O Programa de Ajuste Econômico de 2010 limitou as despesas em saúde pública a 6% do PIB; o programa de 2012 exigiu redução de custos operacionais hospitalares em 8%. Os hospitais e as farmácias experimentaram escassez generalizada ao tentar reduzir a despesa farmacêutica de €4,37 bilhões, em 2010, para €2 bilhões até 2014.

**O direito à educação.** Medidas específicas dos Memorandos reduziram a contratação de professores, forçaram as transferências de professores para regimes laborais flexíveis, reduziram o salário dos professores, provocaram a fusão e fechamento de escolas, o aumento do número de alunos por sala de aula e o aumento da carga horária de ensino dos professores. Os postos de trabalho para professores ficaram sem preenchimento, 1.053 escolas foram fechadas e 1.933 fundiram-se entre 2008 e 2012. Os cortes nos orçamentos deixaram muitas escolas sem aquecimento.

**O direito à seguridade social.** Os cortes impostos pelos Memorandos reduziram os benefícios sociais, incluindo pensões, benefícios a desempregados e benefícios familiares. Desde 2010, as pensões foram reduzidas, em média, 40%, colocando 45% dos pensionistas abaixo da linha de pobreza.

**O direito à habitação.** A Grécia aboliu a habitação social em 2012, como uma “ação prévia” antes de oferecer um subsídio de aluguel para 120.000 famílias, e o auxílio de habitação para os idosos. Novas leis e regulamentos permitiram processos rápidos de despejo, sem julgamento judicial. Em 2014, mais de 500.000 pessoas na Grécia estavam desabrigadas ou viviam em casas inseguras ou inadequadas.

**O direito à autodeterminação.** A privatização por ataque de bens do Estado, especialmente por meio de procedimentos “rápidos”, viola direitos constitucionais e disposições que garantem o princípio da soberania popular, da propriedade e da proteção do meio ambiente.

**O direito à Justiça.** As medidas impostas pelos credores exigem que a Grécia reforme seu sistema judicial, incluindo o aumento substancial das taxas. Recorrer aos tribunais tornou-se financeiramente difícil aos cidadãos - especialmente quando sofreram cortes drásticos nos salários e pensões.

**O direito à liberdade de expressão.** Desde 2010, as medidas legislativas e administrativas restringiram a liberdade de expressão e de reunião – o direito à livre expressão foi sistematicamente e eficazmente contestado e a liberdade de reunião, violada. As autoridades impediram o protesto legítimo contra as políticas dirigidas pelos Memorandos, proibindo reuniões públicas, reprimindo manifestações pacíficas, realizando prisões preventivas, questionando

menores e torturando manifestantes antifascistas – muitas vezes, em colaboração com os vigilantes do partido protofascista *Golden Dawn* [Aurora Dourada].

Hoje, 23,1% da população grega vive abaixo da linha de pobreza; a taxa de pobreza relativa quase dobrou entre 2009 e 2012, e quase dois terços estão empobrecidos como consequência das políticas de austeridade. A privação material grave aumentou de 11% da população, em 2009, para 21,5% em 2014; em 2013, mais de 34% das crianças estavam em risco de pobreza ou exclusão social. As medidas pioraram dramaticamente a desigualdade, com os 10% mais pobres da população perdendo alarmantes 56,5% de sua renda.

Ao mesmo tempo que a sociedade grega sofreu violações de direitos humanos e danos sociais generalizados, as agências legislativas criaram uma “política de privilégios”, ainda permitindo a corrupção. Essa iniciativa legislativa é multifacetada e conduz a regimes de imunidade penal, quer sob a forma de uma exclusão preventiva de ações judiciais para indivíduos e grupos específicos - especialmente em contratos ou concessões públicas, como a Siemens, programas de armamento e privatização - quer sob a forma de intervenção legislativa repressiva em processos penais já em curso envolvendo a limitação, suspensão ou encerramento da ação pendente. Ironicamente, mesmo quando os credores impeliram a Grécia a reprimir a evasão fiscal, eles buscaram abolir uma retenção na fonte de 26% sobre transações transfronteiriças.

Os crimes estatais-corporativos vão além do ato criminoso ou desviante individual, pois não se tornam a exceção, mas a regra, a característica principal de uma era onde a anomia prevalece – ou seja, onde as representações coletivas existentes e a consciência coletiva foram enfraquecidas. Esse conluio estatal-corporativo agora representa o “espírito dos tempos” de nossa era moderna.

Estamos diante de um desafio urgente: O que pode ser feito para combater a criminalidade estatal-corporativa fora de controle num momento em que - bem como no período fascista do início do século XX – o controle social formal, as instituições modernas e o discurso científico são distorcidos pelas estruturas dominantes de governança, produção e sociedade civil?

É importante para nós continuar a sonhar com um mundo melhor. Além disso, apesar dessa simbiose de Estado e de negócios existir há muito tempo, ela nunca foi plenamente aceita. Esse é um processo dinâmico, e como cientistas e cidadãos devemos continuar a expor e questionar esse processo.

Contato com Stratos Georgoulas <[s.georgoulas@soc.aegean.gr](mailto:s.georgoulas@soc.aegean.gr)>

# > O ativismo do aborto na Argentina na era do Misoprostol

Por **Julia McReynolds-Pérez**, Universidade de Wisconsin-La Crosse, EUA



Em uma estátua da Virgem, *Women on Waves* propagam a sua mensagem - "Sua Decisão, Aborto Seguro" - e oferecem um número de telefone para oferecer conselhos.

**U**m terremoto está abalando os debates sobre o aborto na América Latina, e em seu epicentro está uma pequena pílula branca. A disponibilidade do Misoprostol na região mudou a prática do aborto clandestino, com impacto de longo alcance. Novas estratégias de auto-ajuda de ativistas – algumas das quais envolvem feministas e profissionais de saúde atuando em conjunto – mudaram os debates políticos sobre o aborto, já que as ativistas procuram torná-lo mais acessível e mais visível, apesar da persistente oposição à sua legalização.

O aborto é ilegal há bastante tempo em toda a América Latina, a região mais católica do mundo, mas a prática também tem sido generalizada. Em toda a América Latina, as mulheres ricas têm tranquilamente acesso a abortos clandestinos, seguros e caros em clínicas privadas de médicos treinados, enquanto mulheres pobres arriscaram suas vidas com procedimentos em becos sem saída.

Esse duplo sistema de abortos clandestinos manteve o procedimento e os debates políticos sobre sua ilegalidade em grande parte fora do olhar do público, mas o terreno da prática e da política do aborto mudou desde o início dos anos 90. O Misoprostol, uma prostaglandina sintética aprovada pela norte-americana FDA (*Food and Drug Administration*) [Agência Reguladora de Alimentos e Drogas] para o tratamento de úlceras, foi vendido para esse fim em farmácias em toda a América Latina desde então. Mas o misoprostol também serve para causar contrações uterinas, tornando-se uma ferramenta poderosa para o aborto clandestino. Em países onde o aborto é legal, o Misoprostol é geralmente tomado em combinação com outro fármaco, a mifepristona, para abortos médicos no primeiro trimestre de gestação. Importante saber que, mesmo quando tomado sozinho ou sem a supervisão médica, o Misoprostol é muito mais seguro do que métodos mais antigos de aborto caseiro, que muito frequentemente envolvem cabides de arame ou agulhas de tricô.

Entre 2012 e 2015, realizei pesquisa etnográfica na Argentina, buscando entender como essa nova tecnologia



Misoprostol – a droga largamente distribuída utilizada para induzir o aborto.



farmacêutica estava mudando a política e as práticas do aborto. Na Argentina – de fato, em toda a América Latina – a disponibilidade relativamente fácil do Misoprostol criou oportunidades para estratégias ativistas inovadoras. Muitos grupos de ativistas pró-aborto foram estimulados à ação por campanhas transnacionais. Em 2001, a Dr<sup>a</sup> Rebecca Gomperts lançou “Women on Waves” [Mulheres em Ondas], trazendo um navio equipado de medicamentos para águas internacionais, ao largo das costas de nações que proibiram abortos, convidando mulheres a bordo para abortos seguros. Após essa campanha, ela criou a “Women on Web” [Mulheres na Rede], ainda em curso, na qual as pessoas de todo o mundo podem encomendar o pacote completo de medicamentos para um procedimento de aborto; a organização envia pacotes não identificados diretamente às mulheres que vivem em países onde o aborto é ilegal. A organização de Gomperts também apóia linhas diretas de aborto em todo o mundo, para que as mulheres necessitadas possam pedir instruções detalhadas sobre como induzir abortos usando Misoprostol.

Enquanto os esforços transnacionais da Dr<sup>a</sup> Gomperts atraíram a mídia internacional, menos atenção foi dada às estratégias de ativistas locais que surgiram em resposta a essas novas possibilidades. Em toda a América Latina, jovens ativistas feministas estão tomando a iniciativa de tornar o aborto seguro mais acessível às mulheres pobres que usam o Misoprostol: alguns grupos fornecem informações, outros oferecem serviços de abortamento farmacêutico e alguns profissionais médicos começam a desempenhar um papel de ativista no próprio sistema de saúde pública.

As *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* (Lésbicas e Feministas pela Descriminalização do Aborto, ou LFDA) surgiram há sete anos como um dos grupos mais proeminentes de ativistas de aborto na Argentina. A LFDA começou por criar uma linha direta de aborto seguro com o apoio da “Women on Web” e agora fornecem

informações sobre aborto seguro para mulheres de toda a Argentina. Além disso, a partir de 2013, a LFDA abriu consultórios para aconselhamento de abortos em toda a cidade de Buenos Aires, onde as ativistas fornecem informações completas sobre como induzir o aborto com segurança, em linguagem simples e não-técnica. Espera-se que as clientes adquiram por si mesmas o Misoprostol, tanto em farmácias locais, quanto no mercado negro.

A LFDA, assim como outros grupos ativistas que prestam serviços similares, descreve seu trabalho como protegido por normas de “liberdade de informação” e por um imperativo de saúde pública de “redução de danos”. A primeira alegação baseia-se no fato de fornecerem apenas informações que podem ser facilmente obtidas através de muitos outros meios; por não fornecerem as pílulas, esses ativistas não fornecem um serviço médico, apenas informações. A reivindicação de “redução de danos” toma emprestada a linguagem de programas de saúde pública, como programas de troca de seringas, para reivindicar uma ampla obrigação social de enfrentar os perigos de atividades ilícitas para a saúde pública.

Outras ativistas foram ainda mais longe. Desde cerca de 2014, uma vaga associação de grupos de ativistas locais lançou um movimento nacional conhecido como “*Socorristas en Red*” (Primeiros Socorros na Rede). Essa rede *online* fornece não apenas informações, mas também o que eles chamam de acompanhamento, provendo desde o Misoprostol ou o pacote completo de drogas para o aborto farmacêutico (adquiridos através de contatos de ativistas transnacionais), bem como suporte contínuo através de contato por telefone celular durante todo o processo de aborto em casa. Como esses grupos fornecem drogas de aborto e não apenas informações, a maioria mantém-se discretos. Os grupos na capital, a liberal cidade de Buenos Aires, operam de forma relativamente aberta, mas em províncias mais con-



servadoras, as ativistas devem confiar na discrição de suas clientes para evitar de serem processadas.

Finalmente, alguns profissionais de saúde começaram a mudar o sistema de saúde pública argentino por dentro, muitas vezes oferecendo o que chamam de “aconselhamento pré e pós-aborto”. Como as ativistas do LFDA, esses serviços fornecem informações detalhadas para induzir o aborto usando Misoprostol, contornando a questão da legalidade, deixando às mulheres obter o Misoprostol e realizar o aborto em suas casas. Em um punhado de clínicas, esses profissionais ativistas são apoiados por secretarias municipais de saúde ou pela negligência benigna de seus supervisores imediatos. Algumas clínicas acabam processando todos os abortos como “interrupções legais da gravidez com base em indicações legais”, argumentando que manter uma gravidez indesejada até o fim é um risco inerente à saúde - de modo que todos os abortos devem ser considerados legais com base no código penal que permite o aborto para proteger a saúde da mulher. Eles fornecem serviços de aborto diretamente a suas pacientes. Mas, mesmo para além desses casos mais explícitos, muitos profissionais de saúde me disseram em entrevistas que fornecem aconselhamento de Misoprostol a portas fechadas e, às vezes, prescrevem receitas para a droga enquanto as mulheres juram segredo.

Não há maneira de obter uma estimativa precisa de quantos médicos podem estar envolvidos nesse tipo de ativismo, embora eles sejam certamente uma minoria em uma profissão hierárquica que ainda é largamente controlada por uma rede socialmente conservadora, de paizões católicos. Mas o impacto mais amplo dessas práticas ativistas é óbvio - especialmente porque os grupos ativistas coletam dados demográficos e de saúde de seus clientes, que são publicados como forma de tornar visível a questão da saúde pública que é o aborto ilegal. Os relatórios disponibilizados online, os artigos apresentados em conferências nacionais de profissionais médicos e os relatórios paralelos arquivados na *Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (CEDAW) tornaram a prática do aborto muito mais visível do que era através do que eu chamo de “epidemiologia feminista”.

É importante destacar que o ativismo da Argentina em torno do acesso ao aborto via medicamentos reflete o fracasso do Estado em policiar agressivamente as leis de aborto do país, que permaneceram nos livros apesar das mudanças nas práticas. Na verdade, obviamente tem havido pouca vontade política para processar pessoas ativamente por uma prática que é generalizada - especialmente porque

os esforços de aplicação da lei podem criar compaixão por mulheres jovens vulneráveis, que seriam vistas como vítimas de uma força policial exagerada. De acordo com dados compilados por ativistas, dezenas de milhares de mulheres foram ajudadas a dar fim à gravidez sem arriscar suas vidas. Enquanto isso, o movimento feminista argentino mais amplo continua a exigir a legalização do aborto mediante demanda.

As mudanças políticas recentes na Argentina, no entanto, criaram uma nova incerteza para as ativistas feministas. No final de 2015, um partido político de direita chegou ao poder, substituindo o governo de centro-esquerda da presidenta Cristina Fernández de Kirchner, que parecia contente em olhar para o outro lado enquanto essas ativistas expandiam o acesso a procedimentos seguros.

Recentemente, grupos internacionais de direitos humanos condenaram a decisão da Argentina de punir uma jovem por assassinato na conservadora província do norte, Tucumán, depois que ela procurou ajuda em um hospital local devido a um aborto. Já que o Misoprostol é amplamente utilizado, e porque seu uso não pode ser provado após o aborto, os médicos conservadores tendem a suspeitar que todo o paciente que experimenta um aborto involuntário tenha usado a droga. Nesse caso, Belén (um pseudônimo usado em reportagens) foi condenada a oito anos de prisão, uma sentença assustadora - especialmente porque nenhuma evidência pode provar se o aborto foi induzido. No início de 2016, ela já havia passado dois anos na prisão aguardando julgamento. Quando a longa sentença foi proferida, movimentos feministas e pró-aborto mobilizaram marchas pela Argentina pedindo a libertação de Belén. Sob pressão crescente, em agosto de 2016, o Supremo Tribunal provincial de Tucumán ordenou que Belén fosse liberada cabendo recurso.

Será que a mudança mais ampla na política da Argentina levará a uma reação contra o ativismo do aborto, com uma repressão aos ativistas pró-aborto - e muitas outras Beléns? Embora essa nova virada à direita seja certamente preocupante, é claro que essas ativistas não pretendem recuar ou ser intimidadas: ao longo das duas últimas décadas, seus esforços têm alterado permanentemente a dinâmica política da América Latina com relação ao aborto e as ativistas esperam que o gênio não possa ser colocado de volta na lâmpada. ■

Contato com Julia McReynolds-Pérez  
<[julia.mcreynolds@gmail.com](mailto:julia.mcreynolds@gmail.com)>

# > A reversão dos direitos ao aborto no México

Por **Susana Lerner**, Colégio do México, México, **Lucía Melgar**, Instituto Tecnológico Autônomo do México, México e **Agnès Guillaume**, Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, França



O movimento mexicano para a legalização do aborto.

Nos últimos vinte anos, feministas e acadêmicos têm pressionado o Distrito Federal do México a legalizar o aborto, culminando na reforma moderada e gradual da Cidade do México. Em 2007, a legislatura local do Distrito Federal votou para permitir o aborto até a décima segunda semana de gravidez (embora, exceto em algumas situações específicas, o aborto permaneça ilegal nos últimos trimestres da gravidez). Importante ressaltar que, ao definir a gravidez como “a parte do processo de reprodução humana a partir da implantação do embrião no endométrio”, a reforma do Distrito Federal evita qualquer discussão de quando e se a vida humana começa. De acordo com a lei de 2007, os médicos podem se recusar a realizar abortos como “opositores de consciência”, mas por lei, as instituições de saúde devem incluir médicos que não são opositores em seu quadro de funcionários. Os partidos liberais, incluindo o PRI, votaram a favor, enquanto o PAN, de direita, votou contra.

Ao obrigar os serviços de saúde pública, que estão sob a autoridade exclusiva da Cidade, a oferecer serviços de aborto gratuitos e seguros, a lei garante o acesso de todas as mulheres à interrupção legal da gravidez. É importante destacar que a lei permite

**E**m 2007, o Distrito Federal do México (recentemente renomeado de Cidade do México), legalizou o aborto nas primeiras doze semanas da gravidez – uma vitória para a sociedade civil, que lutava desde a década de 1990 para dar às mulheres o direito de escolher. Na maior parte do México, porém, as restrições ao aborto foram apertadas.

Desde 2008, novas reformas legais e constitucionais que buscam “proteger a vida desde o momento da concepção” foram aprovadas em dezoito estados do México, mais recentemente em Veracruz, em julho de 2016. O que impulsiona essas chamadas reformas e com que implicações?

Os debates e os principais atores envolvidos na discussão do aborto no México devem ser compreendidos no contexto mais amplo da política populacional. Desde a década de 1970, o governo mexicano promoveu programas de planejamento familiar e outras

iniciativas programáticas para reduzir as taxas de natalidade, oferecendo às mulheres várias opções para controlar o tamanho da família e melhorar sua saúde, vida e bem-estar. Apesar do sucesso na redução da taxa de crescimento populacional, na ausência de políticas sociais e econômicas mais amplas para apoiar esses esforços, as condições materiais da população não melhoraram.

Na década de 1990, a política nacional passou a “se concentrar na saúde reprodutiva”, depois que o governo mexicano reafirmou o *Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* de 1994. Esse acordo, assinado no Cairo, prioriza os direitos sexuais e reprodutivos, argumentando que o aborto praticado em condições inadequadas constitui um importante problema de saúde pública, pedindo aos Estados signatários que permitam às mulheres o acesso a abortos seguros – incluindo a remoção de obstáculos legais e a flexibilização de leis anti-aborto.



que as mulheres grávidas tenham a liberdade de decidir o que fazer: continuar uma gravidez, dar a criança para adoção, ou encerrar a gravidez, uma vez que o consentimento é assinado. Além disso, são garantidos o acesso a métodos anticoncepcionais para prevenir gestações adicionais não-planejadas (e, portanto, para evitar abortos subsequentes).

Assim, a reforma da Cidade do México enquadra o aborto clandestino como uma questão de saúde pública, justiça social e discriminação. Acima de tudo, protege os direitos humanos, reconhecendo o direito de uma mulher a tomar suas próprias decisões sobre seu corpo e sua autonomia sexual e reprodutiva. Nos últimos nove anos, essa reforma permitiu o acesso a abortos seguros a mais de 160.000 mulheres - incluindo mulheres de outros estados mexicanos, que podem viajar para a Cidade do México para o procedimento.

As forças conservadoras - lideradas pela hierarquia católica e apoiadas por evangélicos e outras denominações cristãs - não demoraram para reagir. Como na maior parte do mundo, os conservadores insistem que a "defesa da vida" exige subordinar a liberdade e a vida das mulheres aos supostos direitos do embrião, que consideram uma "pessoa" - recusando reconhecer a realidade de abortos clandestinos, ou as consequências desses abortos sobre a saúde da mulher ou a vida familiar. Por outro lado, os grupos feministas defendem a primazia dos direitos das mulheres e um direito universal à saúde, afirmando que a maternidade deve ser livre e voluntária e insistir que o princípio da separação entre a Igreja e o Estado deve permanecer central na democracia do México.

Como a Cidade do México começou a permitir um maior acesso ao aborto no primeiro trimestre da gravidez, organizações como Provida (Pró-Vida), Profamilia (Pró-Família) e a Ordem dos Advogados Católicos do México insistiram que "a vida começa no momento da concepção e a partir desse momento o ser humano começa a existir". Os ativistas anti-aborto tentaram várias

estratégias, incluindo constantes protestos nas ruas, apelos à ação dos bispos em várias cidades, ação direta para impedir que as mulheres façam abortos, lobby e litígios. Da mesma forma, eles se opuseram veementemente às uniões entre pessoas do mesmo sexo, que já foram legalizadas, e lutaram contra o planejamento familiar e a educação sexual nas escolas públicas. Mais sutilmente, eles eliminaram, com sucesso, o termo "direitos sexuais e reprodutivos" e referências a uma perspectiva de gênero de muitos documentos públicos nacionais e internacionais.

Em 2008, grupos conservadores compareceram perante a Suprema Corte para contestar as reformas. Embora o tribunal tenha considerado a legalização do aborto constitucional, a sua decisão baseou-se em três conclusões adicionais. Em primeiro lugar, o Tribunal estabeleceu o direito da mulher sobre seu próprio corpo - um direito que implica que o Estado deve salvaguardar os direitos humanos das mulheres para que possam tomar decisões sobre sua saúde física e mental, e sobre suas vidas. Em segundo lugar, no entanto, o tribunal decidiu que o direito à vida não é um direito absoluto, nem um "super-direito" acima de outros direitos estabelecidos na constituição e nos tratados internacionais; assim, quando os direitos entram em conflito uns com os outros, a Corte deve pesar as alternativas. Finalmente, com base nessa segunda constatação, o tribunal estabeleceu a autoridade dos legisladores locais para introduzir alterações nos códigos penais locais.

Na sequência da decisão da Suprema Corte, os grupos conservadores voltaram-se para as legislaturas estaduais, buscando modificar as constituições e códigos penais estaduais, alegando "proteger a vida desde o momento da concepção" ou "fertilização", e penalizar as mulheres que fazem abortos.

Em meados de 2016, com o apoio da Igreja Católica e dos legisladores de todos os partidos políticos, incluindo alguns esquerdistas, as forças anti-aborto alcançaram esse objetivo em

dezoito estados mexicanos. Por causa dessas novas leis, as mulheres mexicanas estão atualmente cumprindo pena de prisão, às vezes acusadas de "homicídio agravado pelo parentesco" (isto é, com o infanticídio), às vezes condenadas a até 20 ou 30 anos de prisão. Outras foram submetidas a intervenções psiquiátricas, como se exercer a autonomia fosse uma doença mental. Essas novas punições vêm juntas ao persistente fracasso de muitos estados mexicanos em seguir as normas legais do país, que permitem abortos legais e seguros em algumas situações, como em casos de estupro (a única indicação que é legalmente válida em todo o país), em casos de anormalidades fetais, ou quando há uma ameaça à vida ou à saúde da mulher.

A partir de meados de 2016, o debate ainda envolve duas posições contrastantes. Os grupos conservadores pleiteiam uma "defesa da vida", subordinando a vida e a liberdade das mulheres à vida e aos alegados direitos do embrião, que é considerado pessoa jurídica. Esses grupos não consideram as consequências do aborto clandestino, como a morte e a doença materna ou seu impacto sobre a família. Os grupos liberais, por outro lado, defendem o primado dos direitos das mulheres, a maternidade livremente escolhida, o direito universal à saúde, e exigem o respeito ao Estado secular, um conceito-chave na constituição do México.

A longa luta pelos direitos das mulheres no México continua. Muitas vezes, as ONGs feministas e de mulheres têm sido mais reativas do que pró-ativas quando as forças conservadoras buscam criminalizar o aborto. Essa dinâmica deve mudar. Em nossa opinião, a sociedade civil deve reafirmar sua voz e exigir a liberalização e a legalização do aborto a nível nacional. ■

Contato com  
Susana Lerner <[slerner@colmex.mx](mailto:slerner@colmex.mx)>  
Lucía Melgar <[lucia.melgar@gmail.com](mailto:lucia.melgar@gmail.com)>  
Agnès Guillaume <[Agnès.Guillaume@ird.fr](mailto:Agnès.Guillaume@ird.fr)>

# > O aborto como violência uma luta peruana

Por **Erika Busse**, Universidade do Pacífico, Peru, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Migração (RC31), Mulheres e Sociedade (RC32), Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudança Social (RC48) e Família (RC06)



A "Grande Marcha pela Vida" contra o aborto em Lima, Peru em 23 de março de 2013.

Foto por: Paolo Aguilar / EPA.

**E**m meados de agosto de 2016 milhares de peruanos e peruanas tomaram as ruas de Lima mobilizados pelo slogan "Ni Una Menos". Entre os manifestantes, estava o presidente recém-eleito do Peru, sobreviventes de violência física e sexual, membros de organizações feministas e de mulheres, militantes de partidos políticos, ministros e congressistas. A

marcha foi considerada uma das mobilizações mais importantes no Peru nos últimos 40 anos, reunindo lado a lado homens, mulheres, moças, rapazes, pais, filhos, avós e netos para denunciar a violência contra a mulher.

O catalizador da manifestação foi um vídeo que mostrava uma mulher sendo arrastada pelos cabelos por seu ex-namorado na recepção de um





hotel. Na justiça, no entanto, o caso foi arquivado; o juiz concluiu que os ferimentos da mulher não sugeriam intenção de estupro ou assassinato.

Sob o slogan “quando uma é golpeada, todas somos”, o coletivo “Ni Una Menos” convocou os peruanos e peruanas a protestar em repúdio à violência e discriminação contra as mulheres. Até a organização se surpreendeu com a resposta massiva – à altura das mobilizações recentes em várias outras cidades latino-americanas que também reivindicavam o fim da violência contra as mulheres e denunciavam um sistema de justiça falido. Para muitos latino-americanos e latino-americanas, esses protestos sinalizam um momento de esperança: as coisas estão mudando e a luta das mulheres, particularmente no que diz respeito à violência, tem conquistado destaque no debate público.

O foco na violência contra as mulheres – bem como na impunidade desfrutada pelos agressores – marca uma mudança no modo como as feministas latino-americanas elaboram suas demandas com relação aos direitos reprodutivos. Ao reenquadrar o debate sobre aborto em termos de “violência sexual contra mulheres (e menores)” e ao destacar a “maternidade forçada” (ou o aborto clandestino forçado), as feministas passaram a colocar em evidência a violência do Estado, mais do que a violência sexual propriamente dita. Isso contrasta com o enquadramento anterior, que focalizava os direitos reprodutivos como uma questão de escolha individual.

O novo enquadramento da violência contra as mulheres combate ideias como a de que o aborto decorre de um desejo “egoísta” logo após um comportamento promíscuo, focalizando, ao invés disso, na violência contra as mulheres como problema moral. Assim, opor-se à campanha seria o mesmo que sugerir que a violência contra as mulheres não existe ou, então, que não é importante. É verdade que esse enquadramento poderoso tem o defeito de retratar as mulheres como vítimas, podendo, desse modo,

reforçar estereótipos de gênero e hierarquias. Todavia, trocar a insistência no acesso ao aborto como um direito das mulheres pela vinculação desse problema à eliminação da violência sexual parece ter expandido o apoio popular à descriminalização do aborto em casos de estupro.

Em lugar de insistir apenas na descriminalização do aborto a nível estatal, as ativistas passaram a apelar também para a sociedade civil, para profissionais como os médicos e para membros de grupos religiosos com o objetivo de transformar a maneira como os peruanos pensam a respeito dos direitos das mulheres e da violência contra as mulheres. Foi essa mudança geral de um enquadramento baseado em direitos reprodutivos para uma ênfase na violência sexual que sedimentou a base para um movimento mais amplo, capaz de agregar outros grupos, incluindo ativistas LGBT, movimentos de base de mulheres, grupos católicos, os jovens e até celebridades. A descriminalização do aborto em casos de estupro parece ter ganhado apoio em vários setores da sociedade peruana, ao invés de apenas entre “algumas” feministas. A campanha combina uma abordagem de baixo para cima (por exemplo, a coleta de assinaturas de pessoas comuns) e uma abordagem de cima para baixo (uma campanha televisiva que envolve celebridades, artistas, políticos e cidadãos). Em colaboração com coletivos como *Alfombra Roja* (Tapete Vermelho), a campanha conseguiu recrutar apoiadores em protestos e feiras. No atual contexto de baixa confiança nas instituições estatais, a ênfase da campanha no envolvimento direto dos cidadãos põe em primeiro plano o compromisso dos ativistas em colocar a democracia para funcionar.

Até o momento, o novo enquadramento não foi suficiente para estimular respostas consistentes dos legisladores. Por exemplo, uma proposta de mudar a Constituição para permitir o aborto em casos de estupro não passou; do mesmo modo, uma iniciativa congressional de mesmo teor acabou arquivada. Aparentemente, ao mesmo tempo em

que a maioria dos legisladores simpatiza com a vítima de violência física que produz hematomas e fraturas, quando essa violência (estupro) resulta em gravidez, a questão sobre quais direitos devem prevalecer resvala para o moralismo.

Ainda assim, há alguns progressos recentes nos âmbitos da opinião pública e das políticas. Em 1924, o código penal peruano descriminalizou o aborto terapêutico naqueles casos em que a vida da gestante estivesse em risco, mas não foi regulamentado nenhum procedimento que, de fato, permitisse às equipes médicas realizar o aborto nesses casos – o que significou que qualquer médico que tomasse a decisão de encerrar uma gravidez de risco poderia acabar preso. Por 90 anos, a maioria dos médicos permaneceu compreensivelmente relutante em realizar abortos sob quaisquer circunstâncias.

Em 2014, entretanto, apesar de muitas críticas – em especial de católicos e evangélicos –, finalmente foi regulamentado um procedimento por meio do qual os médicos podem obter autorização para encerrar uma gravidez de risco. Mas as barreiras para sua implementação persistem: alguns médicos simplesmente não sabem como realizar um aborto, as mulheres não possuem as informações necessárias e frequentemente o medo e a vergonha desestimulam a realização do procedimento mesmo quando a vida da gestante está em risco.

A crescente adesão a essa nova possibilidade pode indicar que enquadrar o direito ao aborto como uma questão de saúde da mulher pode ser mais efetivo do que apresentá-lo como questão de direitos reprodutivos. Como sugere o protesto massivo “Ni Una Menos”, a pauta das mulheres pode ter alcançado a linha de frente no debate político peruano; mas ainda resta saber se alguma mudança significativa será alcançada, particularmente a respeito do feminicídio. ■

Contato com Erika Busse  
<[e.busse@up.edu.pe](mailto:e.busse@up.edu.pe)>

# > As ciências sociais no mundo árabe

Por **Mohammed A. Bamyeh**, Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos, Editor da *International Sociology Reviews*, e membro dos Comitês da ISA Teoria e Pesquisas sobre Alienação (RC36) e Biografia e Sociedade (RC38)

“**C**onhecimento novo para os novos tempos” resume a ambição do relatório recém-lançado *Social Sciences in the Arab World: Forms of Presence* (<http://www.theacss.org/uploads/English-ASSR-2016.pdf>)<sup>1</sup>. Patrocinado pelo Conselho Árabe de Ciências Sociais (ACSS), o relatório foi elaborado ao longo de dois anos e contou com contribuições de uma equipe de pesquisadores. Quase todos os dados utilizados são originais, coletados pela primeira vez pela equipe do projeto.

O Relatório oferece dados quantitativos e qualitativos sobre as dimensões e a natureza das ciências sociais desenvolvidas nas universidades árabes, nos centros de pesquisa, associações profissionais e periódicos científicos, além de olhar também para a ciência social *pública*. Inclui um estudo sobre como as associações da sociedade civil utilizam a ciência social em seus trabalhos e ainda um conjunto de informações sobre as ciências sociais na esfera pública árabe – jornais, programas televisivos, publicações sobre cultura e revistas populares.

Nós documentamos um crescimento exponencial do número de instituições em que se praticam as ciências sociais nos 22 países da região árabe, especialmente nas últimas duas ou três décadas. Setenta por cento das universidades existentes na região foram criadas desde o começo dos anos 90; o número de periódicos científicos quadruplicou desde o começo dos anos 80 e, no mesmo período, o número de centros de pesquisa pelo menos sextuplicou. Ocorreu uma silenciosa revolução do conhecimento no mundo árabe nas últimas duas ou três décadas, e ainda sabemos pouco sobre seu verdadeiro conteúdo.

É interessante que essa expansão das instituições de produção de conhecimento pareça ser independente da riqueza dos países; ela ocorreu tanto nos países ricos quanto nos pobres. Mais importante do que a riqueza parecem ter sido a liberdade de pesquisa; uma sociedade civil relativamente forte que promove e se beneficia da pesquisa em ciências sociais; o crescimento de uma classe instruída em cada país; o nível de interesse internacional no desenvolvimento local; e, relacionado a este último, a força das conexões da comunidade acadêmica local com as ciências

sociais globais. O desenvolvimento da sociedade civil no mesmo período parece correlacionar-se com o crescimento das ciências sociais, e ambos podem ter-se somado a um conjunto de fatores associados às revoltas árabes, iniciadas em 2010 e ainda em curso.

O Relatório revela grandes desigualdades no interior das universidades árabes. A Economia é a mais proeminente das ciências sociais, respondendo por mais de um quarto de todas as faculdades. Por outro lado, com apenas 2%, mal se nota a Antropologia, e as demais disciplinas situam-se em algum ponto entre esses dois extremos.

Contudo, a maioria das universidades árabes concentra-se fortemente no ensino, o que significa que oferecem pouco tempo e incentivos para os cientistas sociais que desejam envolver-se com pesquisa ou ativismo cívico. Essas atividades são, geralmente, realizadas por centros de pesquisa, o quais, por se organizarem em torno a temas, ao invés de disciplinas, tendem a promover estudos interdisciplinares relacionados com engajamento político. Os centros de pesquisa – muito deles criados recentemente – não deixam de apresentar produção científica substancial, e são responsáveis atualmente pela maioria dos periódicos que circulam no mundo árabe. O Líbano, a Palestina e a Jordânia abrigam grande número de centros de pesquisa, relativamente às suas populações, e até mesmo o Djibuti vem à frente de países mais ricos como Qatar e Bahrein nesse quesito.

Impressiona que países ricos como o Kuwait e a Arábia Saudita apresentem níveis apenas moderados de produção científica. Isso contraria os *rankings* internacionais recentes que, do nosso ponto de vista, não conseguem retratar com precisão a cena científica árabe – em parte porque privilegiam a publicação em idiomas europeus e em veículos específicos. Parece que essas classificações são movidas mais por um fetiche da hierarquia do que por quaisquer interesses no conteúdo do conhecimento, ou por sua relevância e utilização de fato nas sociedades em que é produzido.

Quase a metade do Relatório é dedicado às ciências sociais na esfera pública. Análises de organizações da sociedade civil, jornais, revistas, programas de televisão e publicações

## **“A transformação social, seja revolucionária ou reformista, tem sido uma das preocupações centrais dos cientistas sociais árabes”**

culturais mostram que as ciências sociais são muitas vezes veiculadas em pequenas doses, em profundidade variada e em distintos formatos. O Relatório mostra que todas as organizações da sociedade civil usam e até mesmo produzem ciência social, ainda que nos formatos que correspondem a seus objetivos – uma conclusão que sugere alguma associação entre o recente crescimento das ciências sociais e a crescente visibilidade da sociedade civil árabe. Entre outros veículos que circulam na sociedade civil, os periódicos culturais parecem especialmente abertos à pesquisa em ciências sociais; cerca de 20% das suas páginas são dedicadas a artigos de ciências sociais, ainda que estes reflitam mais as preocupações das comunidades que formam o público-alvo das publicações do que os interesses da ciência social acadêmica. Jornais, revistas e programas de televisão dedicam menos espaço e tempo às ciências sociais. Mas a quantidade não é tão importante quanto a qualidade, como podemos ver nas práticas exemplares de ciência social pública do jornal palestino *Al-Quds* ou da revista popular *Al-Arabi*, do Kuwait.

A transformação social, seja revolucionária ou reformista, tem sido uma das preocupações centrais dos cientistas sociais árabes, sobretudo nos últimos cinco anos (de janeiro de 2010 a dezembro de 2014). Nossa análise de conteúdo mostrou que, ao longo desse período, a “Primavera Árabe” esteve no topo dos interesses dos pesquisadores, juntamente com temas relacionados, tais como “democracia”, “direitos”, “despotismo”, “participação”, “sociedade civil” e outros. As

questões relacionadas às mulheres têm tido muita visibilidade, frequentemente associadas a discussões sobre direitos, cidadania e participação, e não a assuntos “tradicionais” como família ou crianças. Temas mais específicos ligados à transformação social, como “juventude”, “educação” ou mesmo “desenvolvimento” receberam muito menos atenção dos pesquisadores. É interessante que alguns assuntos cuja proeminência seria de se esperar estiveram praticamente ausentes – em especial, “o Mundo Muçulmano”. Ao passo que esse conceito é usado no Ocidente como uma categoria analítica significativa, os cientistas sociais árabes praticamente o desprezam, presumivelmente porque não consideram “o Mundo Muçulmano” uma categoria analítica coesiva – mesmo quando analisam o “Islã” e a política religiosa da perspectiva das ciências sociais.

O Relatório conclui que as ciências sociais têm se estabelecido como parte importante da arena do conhecimento na cena árabe contemporânea, apesar do sentimento generalizado de que os responsáveis pelas políticas públicas ignoram suas pesquisas. A partir de agora, planejamos lançar um relatório sobre as ciências sociais árabes a cada dois anos, com o objetivo de monitorar suas contribuições para as ciências sociais a nível global, bem como para o futuro da região. ■

Contato com Mohammed Bamyeh  
<[mab205@pitt.edu](mailto:mab205@pitt.edu)>

<sup>1</sup> Nota do Editor: Mohammed Bamyeh é o autor do relatório que está sendo discutido aqui.

# > Novas infraestruturas das ciências sociais na região árabe

Por **Seteney Shami**, Diretor Geral, Conselho Árabe de Ciências Sociais, Líbano



*Segunda Conferência organizada pelo Conselho Árabe para as Ciências Sociais, março de 2015.*

**A** região árabe enfrenta crescentes desafios socioeconômicos, ambientais, políticos e de segurança. Ao mesmo tempo, faltam-lhe as capacidades acadêmica e de pesquisa que poderiam contribuir para iluminar esses desafios: analisar mudanças sociais, alimentar o debate público ou, ainda, informar a elaboração de políticas públicas. Conforme foi ressaltado por vários Relatórios de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, a clara necessidade de conhecimento por parte dos Estados árabes demanda maior capacidade,

qualidade, alcance e influência das pesquisas – e especialmente da pesquisa social.

A crescente preocupação com o problema ocasionou o surgimento, na última década, de várias iniciativas buscando encarar esses desafios. Novas instituições de ensino superior e de pesquisa têm sido criadas, assim como novas bolsas para estudantes da região realizarem seus estudos. Também foram criadas premiações acadêmicas e vem aumentando, ainda que lentamente, o número de associações profissionais. Entretanto, os



programas e oportunidades direcionados às ciências sociais continuam muito limitados e as oportunidades ainda não se distribuem adequadamente por todos os países árabes.

Profissionais da região árabe reuniram-se em 2006 para discutir meios de aprimorar o cenário. No encontro, iniciaram-se os debates para a criação do Conselho Árabe de Ciências Sociais. Simultaneamente à conclusão dos planos para a criação do Conselho, em 2010, a região foi chacoalhada pelas revoltas árabes. Entre outras consequências, os eventos contribuíram para abrir espaços e debates públicos, estimulando tanto a esperança quanto o surgimento de oportunidades concretas de mudança. Tornou-se urgente questionar o status quo e desenvolver novos horizontes para a sociedade – imaginando também novas representações do passado, do presente e do futuro. A relevância das ciências sociais estava sendo demonstrada nas ruas.

O desenlace da situação trouxe a renovação do autoritarismo, mais insegurança, violência e até mesmo guerras em vários países. No entanto, as sementes que foram plantadas continuam a germinar, ainda que suas raízes tenham que se encolher em busca de proteção contra a vigilância e a repressão. O ambiente institucional está em expansão e iniciativas interessantes oferecem novas possibilidades de parcerias entre pesquisa e ativismo, pesquisa e debate público e, ainda, para o desenvolvimento de oportunidades educacionais em ciências sociais (por exemplo, cursos online, grupos de estudo ou oficinas em ONGs). Criar e proteger espaços de livre-pesquisa e discussão é vital para o futuro da região.

### > O ACSS

O Conselho Árabe de Ciências Sociais (ACSS na sigla em inglês) é uma associação sem fins lucrativos sediada em Beirute, Líbano, que trabalha para promover as Ciências Sociais (em uma definição ampla) na região árabe e

globalmente. Agora em seu quarto ano de existência, possui sete funcionários de tempo integral e dois de meio período. Foi estabelecida uma filial na Palestina, com um assessor de meio período e pessoal administrativo e financeiro de meio período; e planeja-se outra na Argélia, com configuração similar. O ACSS lançou quatro programas de bolsas de pesquisa, realiza uma conferência bienal, um fórum bienal de pesquisa (para bolsistas), uma série anual de palestras e busca alcançar o público por meio de seu site e das redes sociais. Já financiou mais de 130 bolsistas, tem mais de 270 membros e oferece verbas para mobilidade acadêmica assim como oportunidades de treinamento e networking para membros, bolsistas e cientistas sociais em geral.

Apesar das mudanças radicais que ocorreram na região árabe, a missão original do ACSS, sua visão e valores permanecem válidos e relevantes conforme formulados na primeira conferência, em 2008 (veja em <http://www.theacss.org/pages/mission>). Os princípios do ACSS são promover a *qualidade, inclusividade, flexibilidade e independência* da pesquisa social e do pensamento na região. Assim, o Conselho busca avaliar necessidades e oferecer oportunidades para os cientistas sociais, com foco especial nos pesquisadores jovens em fase de doutorado ou pós-doutorado.

Um dos principais projetos do Conselho é o Observatório das Ciências Sociais Árabes [*Arab Social Science Monitor – ASSM*], que analisa a situação das ciências sociais na região. Seu primeiro relatório, “As Ciências Sociais na Região Árabe: Formas de Presença” [*Social Sciences in the Arab Region: Forms of Presence*], preparado pelo dr. Mohammed Bamyeh, analisa o ambiente institucional e substantivo da região (<http://www.theacss.org/uploads/English-ASSR-2016.pdf>), descrevendo o crescimento significativo do número de departamentos e centros de pesquisa em ciências sociais. Todavia, o Relatório também destaca a

carência de programas de mestrado e doutorado, de periódicos, associações profissionais e outras infraestruturas necessárias para a produção de pesquisa crítica e robusta. Em chave mais positiva, o Relatório também descreve a presença sensível das ciências sociais e da pesquisa na esfera pública, incluindo obras literárias, jornais, revistas, televisão e outras mídias.

### > As ciências sociais árabes: marginais ou emergentes?

O desprezo oficial pelas ciências sociais na região árabe reflete noções de desenvolvimento e modernidade que por muito tempo informaram o planejamento educacional e social, e não melhorou com a recente mudança de foco desde ciências, medicina e engenharia para finanças, administração e desenvolvimento do setor privado. A situação e o status das ciências sociais são emblemáticos dos defeitos dos sistemas educacionais na região, destacando-se particularmente as deficiências do ensino superior, no qual o aumento das matrículas costuma implicar queda na qualidade. O incremento do ensino superior privado levou a grandes discrepâncias entre as instituições bem como à crescente marginalização das ciências sociais. Ao mesmo tempo, a influência dos pesquisadores nos debates sobre políticas públicas diminuiu, com os formuladores acusando os cientistas sociais de realizarem pesquisas irrelevantes e os cientistas sociais reclamando que os formuladores ignoram os resultados de suas pesquisas.

O fato de que as políticas educacionais, as noções de desenvolvimento e as restrições da esfera pública permanecem, em geral, intocadas ajuda a explicar a debilidade da comunidade local de cientistas sociais e, também, as dificuldades para realizar três tarefas fundamentais de qualquer domínio intelectual autônomo: a capacidade de articular alternativas bem fundamentadas às agendas ideológicas hegemônicas, a capacidade de impactar o debate público e a for-



mulação de políticas, e a habilidade de proteger e promover interesses profissionais. Não menos importante, por causa de fraquezas institucionais, os cientistas sociais árabes ainda não conseguiram participar inteiramente em redes de conhecimento regional ou global. A comunidade permanece, em larga medida, excluída de fóruns internacionais importantes e de redes de pesquisa ativas, e não contribui efetivamente para a produção de conhecimento global.

Todos esses são problemas que o Conselho busca enfrentar, apesar de operar em um ambiente cada vez mais difícil desde sua fundação. Para além dos conflitos crescentes no Iraque, na Líbia, Síria e Iêmen, o ambiente de pesquisa fica cada vez mais tenso em lugares como o Egito, onde pesquisa-

dores e ativistas vêm sendo vigiados e intimidados. Isso afetou o alcance regional do ACSS, limitando as possibilidades de realizar atividades em distintos países. Além disso, bolsistas do Conselho em alguns países têm sido obrigados a mudar seus planos e, às vezes, cortar suas pesquisas de campo. Por último, viajar está ficando mais difícil. Impõem-se novas exigências de visto e proibições de viagem.

Mas, apesar dessas dificuldades – ou até por causa delas –, é mais importante do que nunca que o ACSS continue a oferecer apoio e oportunidades para os pesquisadores da região, assim como que lhes permita construir e adensar suas redes de contatos. Alegra-nos ver a persistência de nossos bolsistas em levar adiante seus projetos de pesquisa. A quantidade de

inscrições para os programas e de participantes nos eventos não diminuiu e o interesse geral no ACSS continua a aumentar. O Líbano se mantém como um país que facilita a interação regional e protege liberdades acadêmicas. O Conselho está atento para a necessidade de se adaptar a um ambiente em transformação e procura inovar em sua programação e suas atividades, mas permanece comprometido com os objetivos e valores para os quais foi fundado. Desejamos mais colaborações e contatos regionais e internacionais e esperamos nos tornar um meio para a promoção de uma ciência social árabe revitalizada. ■

Contato com Seteney Shami  
<[shami@theacss.org](mailto:shami@theacss.org)>

# > Ciências sociais árabes antes e além da Primavera

Por **Idriss Jebari**, Universidade Americana em Beirute, Líbano



Que diferença a Primavera Árabe fez para as ciências sociais?

**N**o primeiro relatório sobre o estado das ciências sociais no mundo árabe, o professor de sociologia Mohammed Bamyeh aborda hoje o enigma das ciências sociais árabes: um campo de conhecimento aparentemente e historicamente fraco, que coexiste com realidades sociais tumultuadas e complexas. Cinco anos após a Primavera Árabe, há uma distância crítica suficiente para perguntar como o campo do conhecimento tem digerido essas transformações. Como o relatório descreve os desafios enfrentados pelas ciências sociais árabes? Que lições os jovens cientistas sociais árabes devem tirar sobre o engajamento público?

> **Os desafios das ciências sociais árabes**

O estado de baixo desempenho na produção de conheci-



mento árabe é bem documentado por estudiosos, praticantes e estudantes. Nesse relatório, Bamyeh evita as generalizações habituais, como a falta de integração global ou a instabilidade política, concentrando-se, em vez disso, nas estruturas institucionais que moldaram o campo. Ao invés de optar pelo isolamento, argumenta ele, os cientistas sociais árabes sofrem de “*má capacidade de rede*” e de “*erosão de conexões em sua herança formativa*”. Em geral, os objetivos dos cientistas sociais árabes não são necessariamente buscar visibilidade no plano internacional, mas sim explicar os seus objetivos de pesquisa e influenciar as políticas; as questões mais prementes hoje giram em torno do distanciamento da disciplina da sociedade e das forças do mercado que questionam o seu valor e os seus usos.

Esse enfoque institucional localiza o objeto das ciências sociais na região árabe em termos da tensão entre o universalismo e a especificidade. Bamyeh parece inclinar-se para o primeiro, embora reconheça que essas disciplinas cresceram através de interações com as ciências sociais ocidentais, seguindo uma tradição específica que ele retrata através de textos fundadores e orientações tópicas nas últimas décadas. Bamyeh evita a questão da “especificidade” das ciências sociais árabes e o seu impacto nos métodos de pesquisa, especialmente porque ela continua a colocar problemas teóricos para os cientistas sociais árabes (por exemplo, a tensão contínua entre os apoiadores de Gellner e o seu esquema interpretativo de tribos, contra aqueles que preferem a sociologia centrada na classe de Bourdieu). No entanto, atualmente essas escolhas continuam a moldar a pesquisa de ciências sociais na região árabes: os cientistas sociais árabes ganham visibilidade graças a publicações estrangeiras, que por sua vez moldam a sua orientação de pesquisa, seja ela temática ou metodológica.

A abordagem de Bamyeh nesse relatório levanta a questão metodológica da “unidade de análise”: faz sentido estudar os fenômenos sociais na abstração, ou para a região árabe como um todo, e em seguida, confrontar as conclusões com os contextos nacionais e locais a fim de produzir conclusões completas e generalizáveis? Assim, ele invoca a “islamização” das ciências sociais na década de 80 em toda a região, e depois se volta para uma discussão detalhada da Arábia Saudita, onde essas lógicas são particularmente visíveis, antes de comentar a prevalência da pesquisa familiar e criminológica – ao invés de pesquisas sobre conflito social ou trabalho expatriado, apesar de sua importância no país. Da mesma forma, Bamyeh discute o estudo de Mokhtar El-Harrach sobre o conteúdo de revistas árabes, que inclui uma comparação entre países para entender como os periódicos árabes funcionam, e descobre que os estudos teóricos representam até 68% do conteúdo das revistas. No entanto, em um comentário passageiro, ele observa que esses periódicos tendem a lidar significativamente mais com a região imediata do que adotar um foco árabe mais amplo, sem fornecer uma explicação suficiente do que molda esses resultados diferentes. De forma similar, o termo “densidade de

pesquisa” (o número de centros de pesquisa dividido pela população de um país) é usado para classificar o mundo árabe, mas “a atmosfera geral que os nutre” é apresentada como um fator explicativo de “interesse pelas ciências sociais” em diferentes contextos. O autor reconhece que o quadro geral é moldado por mecanismos, incentivos e pressões no campo acadêmico, mas os elementos sutis e específicos não são discutidos em detalhes.

Segundo o próprio autor, o “levantamento” do relatório sobre a situação atual foi concebido como um prelúdio para publicações subsequentes, que elaborarão diferentes aspectos, cobrirão mais do que o período de 2010-15, e fornecerão bibliografia para pesquisas. Embora o relatório seja um pouco dificultado por essas limitações, ele consegue descrever o campo e identificar as forças que o moldam.

### > Ciências sociais e transformações sociais árabes

A pesquisa de Bamyeh sobre as estruturas institucionais das ciências sociais é uma das contribuições mais fortes do relatório, particularmente porque levanta questões cruciais para os profissionais que enfrentam o desafio de navegar em uma esfera pública em transformação.

Seus dados retratam as universidades árabes como o “lar natural” das ciências sociais (48% das universidades possuem programas e titulações em ciências sociais). A distribuição equilibrada de disciplinas – Economia, Sociologia, Psicologia, Ciência Política e História – é apoiada por uma ampla rede de pelo menos 436 centros de pesquisa, sociedades profissionais na maioria dos países e 217 revistas acadêmicas. Seus dados também destacam tendências interessantes: cientistas sociais árabes dominam várias línguas e estão cada vez mais conectados globalmente; E a Argélia e o Egito possuem a maior parcela de universidades e centros de pesquisa da região.

Esses números destacam outra realidade: os cientistas sociais árabes enfrentam uma tensão entre, por um lado, o imperativo de produção e a acumulação de conhecimento e, por outro, a pressão para disseminar, engajar e defender a mudança social. Bamyeh discute a crescente importância dos “atores não-tradicionais”, como a sociedade civil, baseando-se em outro fascinante documento de fundo que destaca como as ONGs “*não só empregam, mas realmente produzem ciências sociais adequadas para os seus objetivos*”. Da mesma forma, aqueles familiarizados com o contexto árabe compreendem a importância de institutos pan-árabes, como o Centro de Estudos de Unidade Árabe de Beirute ou o Centro Árabe de Doha para Estudos de Pesquisa e Política, cuja visibilidade e alcance ultrapassaram o das universidades. Essas transformações institucionais dão urgência ao debate sobre o impacto desta evolução na produção de conteúdos de conhecimento. Se é verdade, como o autor sugere (que esses centros não podem ofere-



er um substituto para a pesquisa acadêmica), esses espaços e atores “não-convencionais” ilustram uma crise das ciências sociais “formais”?

Os comentários de Bamyeh sobre o papel da sociedade civil e das ciências sociais mostram que o autor reconhece sua contribuição para fins práticos, estabelecimento de dados documentais e até mesmo em considerações epistêmicas, mas prefere claramente o que ele chama de “comunidades acadêmicas” sobre “comunidades quase-acadêmicas”. Os estudiosos e intelectuais que cumprem as suas tarefas são, na sua opinião, aqueles que se empenham em metodologias analíticas rigorosas, chegando a conclusões progressistas e ganhando credibilidade científica - geralmente “a uma certa distância [...] em vez de afundar nos caprichos das lutas diárias e meramente reproduzindo posturas políticas que não nos dão nada que não seja conhecido”. Da mesma forma, em seu estudo de revistas e jornais, seus critérios para decidir quais itens são dignos do rótulo de ciências sociais incluem “profundidade” Entendida como “complexidade” ou “conteúdo aprendido”; Bamyeh, liderando pelo exemplo, tem o cuidado de justificar suas escolhas metodológicas, num estilo mais remanescente da pesquisa acadêmica do que um relatório orientado para a política.

Essas preferências ilustram a visão do autor de uma transformação epistemológica revolucionária, especialmente à luz do debate sobre as transformações históricas envolvendo a Primavera Árabe e o campo das ciências sociais no mundo árabe. Podemos questionar que o autor está nadando contra a maré com essa visão clássica do que constitui uma “revolução”, e especialmente a sua insuficiente consideração do impacto transformador da Primavera Árabe sobre uma nova geração de cientistas sociais árabes, a “geração da Primavera Árabe”, cuja incorporação social moldou seu engajamento e aspirações para a mudança.

Tampouco o ideal de Bamyeh do cientista social árabe distante, isolado e objetivo representou uma postura escolhida no passado. O que a Primavera Árabe, como revolução epistemológica, poderia trazer é um afastamento da visão da realidade como um lugar distorcido e desordenado que exige distância, em direção a uma base renovada com conexões orgânicas, que traz aspirações medidas em pesquisa, ao invés de tentar disciplinar a investigação das ciências sociais através de estruturas rigorosas, muitas vezes mal ajustadas.

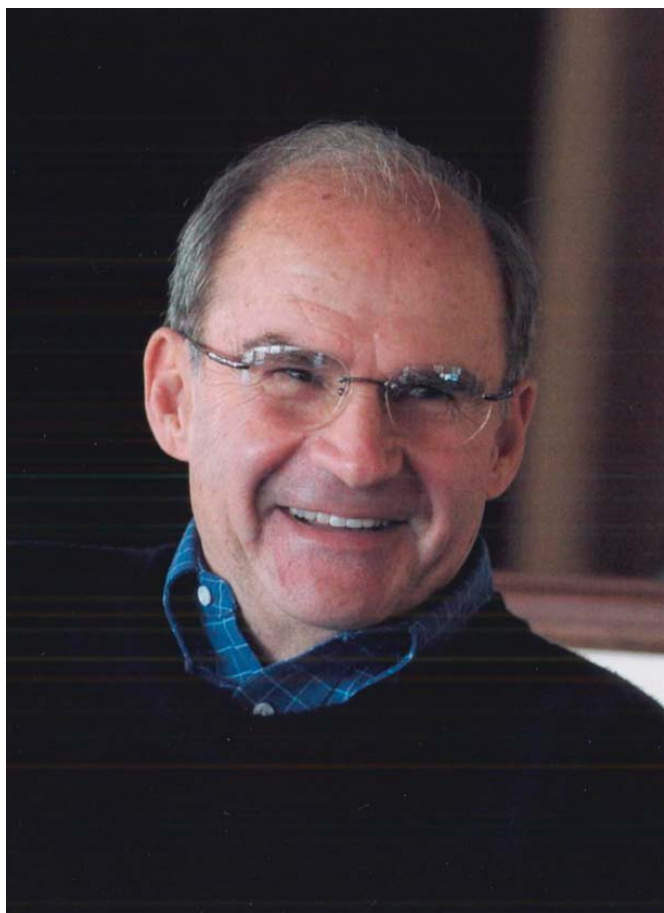
### > Conclusão

O ponto de chegada de Mohammed Bamyeh difere do meu. Ele tenta examinar um grande campo, olhando para a frente e para trás da Primavera Árabe e, no entanto, o relatório simplesmente observa o crescimento e os desafios, em vez de oferecer recomendações. Em sua conclusão ele pede uma transformação ainda mais profunda, antes que as ciências sociais árabes possam “proclamar que seguramente albergaram as ciências sociais e as utilizaram em todas as suas diversas aparências” – um objetivo final que é bastante circular, revelando que as ciências sociais árabes ainda têm de figurar O que elas significam à luz das atuais convulsões sociais.

Em vez de se concentrar na “presença” das ciências sociais, talvez devêssemos fazer perguntas mais dinâmicas relativas à “permanência”, “resiliência”, “coerência” ou “subsistência”. Falando do ponto de vista da “geração da Primavera Árabe”, em vez dos tópicos, das configurações institucionais e dos métodos, é a conjuntura crítica em que as ciências sociais no mundo árabe se encontram que as tornam distintivas. À medida em que as ciências sociais árabes procuram uma identidade, temos a oportunidade de expressar as aspirações de muitos ao conceberem rigorosas agendas de investigação. Talvez este relatório nos defina um caminho para um diálogo ativo que a situação exige. ■

Contato com Idriss Jebari <[idrissjebari@gmail.com](mailto:idrissjebari@gmail.com)>

# > George Ritzer sobre a *McDonaldização* e o *Prosumo*



George Ritzer.

**George Ritzer** é um dos principais intérpretes da globalização, e notável professor de sociologia na Universidade de Maryland, EUA. **Labinot Kunushevc**, um estudante de mestrado em sociologia na Universidade de Prishtina, Kosovo, conduziu a entrevista como parte de um projeto sobre teorias sociais influentes. Publicamos aqui um excerto da entrevista.

**LK:** Professor Ritzer, você é famoso pelo conceito de “McDonaldização”: você vê isso como uma forma de imperialismo cultural ou simplesmente o resultado da livre concorrência no mercado?

**GR:** Muito do meu trabalho, desde 1990, tratou direta e indiretamente do imperialismo cultural. *The McDonaldization of Society* (publicada pela primeira vez em 1993) vê a “McDonaldização” como uma força, com seus princípios (eficiência, previsibilidade, calculabilidade e controle, bem como as irracionalidades associadas a esses sistemas racionais) exportados de sua base americana para muitos países do mundo. Estes tomam a forma de McDonald’s e a globalização de outras empresas americanas, mas o mais importante é que os princípios da *McDonaldização* encontram o seu caminho em inúmeras empresas locais e muitas outras organizações (por exemplo, instituições educacionais e religiosas).

Em meu livro, *Expressing America: A Critique of the Global Credit Card Society* (1995) Eu lido com outra forma de imperialismo cultural (e econômico): a propagação de outra criação americana, o cartão de crédito, em todo o mundo. O cartão de crédito ajudou a espalhar a dívida de estilo americano e a cultura de consumo, um fenômeno que eu lido mais diretamente em meu livro, *Enchanting a Disenchanted World: Revolutionizing the Means of Consumption* (1997). A idéia dos meios de consumo é uma extensão das idéias de Marx sobre os meios de produção. O principal local de consumo nos Estados Unidos são restaurantes de fast-food, shoppings, parques temáticos (por exemplo, Disney World), cassinos em Las Vegas e linhas de cruzeiro com mega-navios - todos exportados para o resto do mundo também tornando-se destinos turísticos desejáveis. A sua dimensão, muitas vezes grande, e a sua qualidade “mágica”, quase religiosa, me levaram a chamá-las de “catedrais de consumo”. À medida que se globalizam, as catedrais de consumo têm servido para trazer consigo o tipo de sociedade hiperconsumida tão característica dos Estados Unidos.

O mais importante nesse assunto, pelo menos para mim, está no meu livro *The Globalization of Nothing*. Eu defino o “nada” como formas sociais que são centralmente concebidas, controladas centralmente e sem conteúdo distintivo. Como de costume, o McDonald’s e seus produtos (por ex-



emplo, o Big Mac) são exemplos perfeitos, mas “nada” tem sido cada vez mais globalizado, especialmente através de catedrais de consumo. O nada global tem servido para marginalizar cada vez mais as formas em grande parte locais de “algo” (localmente concebido, controlado e rico em conteúdo distinto). Assim, temos um mundo desenvolvido cada vez mais caracterizado por nada!

**LK: Você estendeu suas idéias de consumo global para a universidade: o que você pode dizer sobre a universidade moderna?**

**GR:** Muitas vezes me refiro à universidade de hoje como *McUniversidade*. Ou seja, ela “McDonaldizou” o processo educacional, concentrando-se na eficiência, previsibilidade, calculabilidade e controle. Isso tem ajudado a criar sistemas de educação em massa, mas a irracionalidade da racionalidade desses sistemas é que eles afetam negativamente a qualidade do sistema educacional e da educação. Nisso, eles se assemelham ao efeito do restaurante *fast-food* sobre a qualidade dos alimentos (você pode ter um “Big Mac”, mas não um “McDelicioso”). Isso também serve para fazer as universidades mais a favor do status quo do que se opor a ele. Acho que as *McUniversities* monopolizam cada vez mais o conhecimento, bem como sua disseminação. Meu trabalho mais recente é sobre “prosumo” – a integração de “produção” e “consumo”. Os alunos sempre foram prosumistas do conhecimento - eles consomem e produzem de forma exclusiva para cada um deles. Os alunos não são consumidores passivos do que estes sistemas têm para oferecer, mas também são produtores ativos do que transparece neles e do conhecimento que deles decorre.

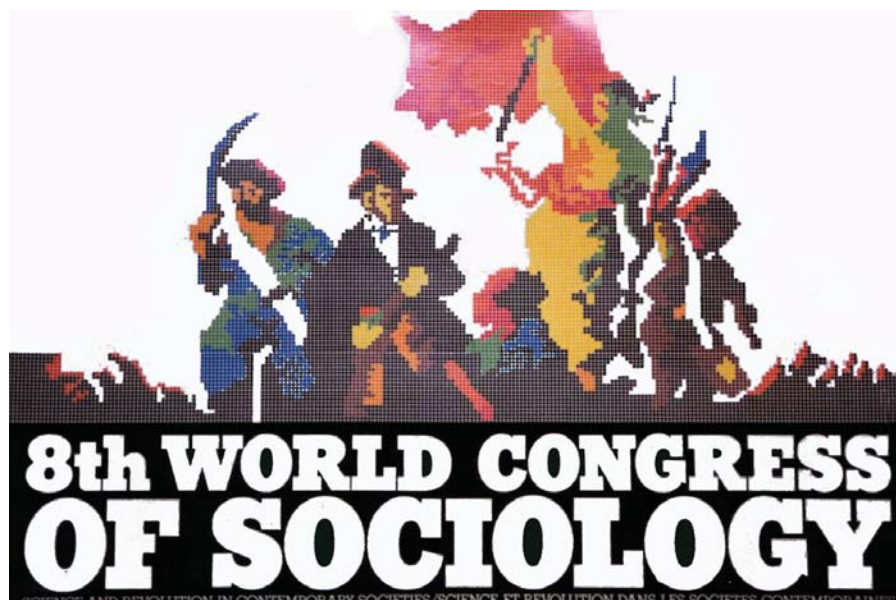
**LK: Você tem sido um escritor tão prolífico, eu espero que você tenha muitos projetos novos e interessantes - você pode me contar brevemente sobre eles?**

**GR:** A maior parte do meu trabalho na última década tem sido em prosumo. Nós sempre fomos prosumidores - nunca simplesmente produtores ou consumidores (o tipo de binário moderno que precisamos abandonar). A propósito, o local hoje para o prosumidor é a Internet onde claramente prosumamos em *blogs*, no *Facebook*, etc. Também somos cada vez mais prosumidores nas catedrais de consumo onde nós como “consumidores” fazemos mais e mais “trabalho” que foi Uma vez feito por empregados pagos (pense no trabalho que fazemos em restaurantes *fast-food*, *shoppings*, *IKEA*, etc.). Recentemente, comecei argumentando que estamos vivendo no mundo do “capitalismo prosumista”, onde os capitalistas passaram a preferir os prosumers não pagos ou mal pagos aos empregados pagos. O *Uber* é um bom exemplo disso: os motoristas de táxi estão desaparecendo diante da ascensão dos prosumidores que trabalham para o *Uber*. Quando encomendamos livros na *Amazon.com*, não estamos apenas consumindo livros (e outros produtos), mas também estamos produzindo, sem pagamento, nossas próprias encomendas. Como resultado, as livrarias, e aqueles que trabalharam neles, estão desaparecendo. Como resultado, novos capitalistas (Mark Zuckerberg, Jeff Bezos) surgiram e se tornaram multi-bilionários substituindo empregados remunerados por prosumidores não remunerados. Não somente são prosumidores não remunerados, mas eles não são funcionários, de forma que eles não requerem benefícios, seguro de saúde, e assim por diante. As novas tecnologias (por exemplo, robôs) permitirão que as empresas confiem cada vez mais em prosumidores (ou prosumem por conta própria como “máquinas prosumidoras”). ■

Contato com George Ritzer <[gritzer@umd.edu](mailto:gritzer@umd.edu)>  
e Labinot Kunushevci <[labinotkunashevci@gmail.com](mailto:labinotkunashevci@gmail.com)>

# > Mais de 40 anos com a sociologia internacional

Por **Edward A. Tiryakian**, Universidade de Duke, EUA, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre História da Sociologia (RC08), Teoria Sociológica (RC16) e Sociologia da Religião (RC22).



Cartaz do congresso da ISA de 1974 em Toronto, Canadá - o primeiro congresso Edward Tiryakian participou.

**É** um prazer receber o convite de compartilhar algumas lembranças da minha associação bastante longa à Associação Sociológica Internacional. Faço a ressalva de que minha recordação do passado não é completa e nem imune à ação do tempo; os leitores se beneficiarão, sem dúvida, da excelente contribuição de Jennifer Platt em sua [Breve história da ISA, 1948-1997](#).

O campo internacional sempre me atraiu enquanto componente vital do meu forte interesse em teoria sociológica. Como membro filiado da American Sociological Association (ASA), atuei no Comitê de Cooperação Mundial da ASA, tornando-me seu presidente quando o presidente anterior, Reuben Hill, se tornou presidente da ISA (1970-74). Reuben, que esperava muito que a sociologia americana se aventurasse fora dos Estados Unidos, me convidou para participar da ISA. A minha primeira oportunidade veio em 1974, quando Reuben convidou sociólogos russos para o Oitavo

Congresso Mundial da ISA, em Toronto. Imediatamente após as reuniões da ISA, os delegados foram convidados para as reuniões da ASA realizadas em Montreal.

Em ambas as ocasiões, nosso Comitê de Cooperação Mundial estabeleceu uma conexão com os visitantes estrangeiros. Lembro-me especialmente de me encontrar com sociólogos russos; As tensões da Guerra Fria desapareceram rapidamente à medida que a atmosfera jovial da recepção crescia em efervescência coletiva. Tanto para Reuben Hill quanto para o presidente da ASA Peter Blau, as reuniões conjuntas revelaram-se um triunfo da diplomacia sociológica.

Depois disso, eu passei a ter uma associação para a vida toda com a ISA - um dos melhores investimentos que eu fiz. No Nono Congresso de Uppsala, lembro-me de como as reuniões eram difusas, mas também como a Suécia era muito cara e muito moderna. E talvez porque Uppsala (ao



contrário de Toronto ou de Estocolmo) seja uma cidade universitária e não uma metrópole, o local ofereceu poucas distrações, mas deu muitas ocasiões para encontrar acadêmicos de vários países – uma grande atração para encontros acadêmicos internacionais.

Depois de Uppsala, o Décimo Congresso da ISA na Cidade do México (1982) teve um grande número de sessões em espanhol, a terceira língua oficial da ISA, como nos lembrou veementemente Alain Touraine, em meio às comemorações dos estudantes latino-americanos. Touraine, deve ser dito, tem sido um campeão da sociologia mundial, tanto em vários congressos mundiais quanto em seus seminários sobre desenvolvimento na França.

Enquanto as reuniões de 1982 da ISA estavam acontecendo, nós experimentávamos uma anomia financeira: o Ministro das Finanças do México declarou que o país não poderia cumprir o pagamento da dívida, provocando uma grande crise financeira. Os delegados da ISA foram abandonados, e ficaram lutando para conseguir dólares em bancos mexicanos; Mas a comunicação financeira colapsou, criando uma confusão generalizada sobre as taxas de câmbio. Não só as taxas estavam mudando de um dia para o outro, mas filiais do mesmo banco muitas vezes não sabiam quais taxas haviam sido estabelecidas pelo Banco Central do México. Alguns membros da ISA que podiam acessar seus cartões de crédito descobriram que poderiam trocar para quartos mais caros de seu hotel, passando de *padrão* para *deluxe*, porque o peso mexicano havia afundado, e o dólar havia subido. Mas nem todos lucraram, e muitos deixaram o México no primeiro voo disponível.

Essa foi a única reunião da ISA que eu recorde ter ocorrido durante uma crise tão cheia de acontecimentos. O Décimo Segundo Congresso em Madri foi bom, exceto pelo calor excepcional e pela ausência de ar-condicionado. No décimo terceiro congresso (1994) em Bielefeld, Richard Grathoff convidou poloneses e outros sociólogos do Leste Europeu que mantiveram a sociologia viva durante o repressivo regime soviético que caiu em 1991.

Eu tinha muito em comum com Grathoff, que colocou a sociologia qualitativa e interpretativa no centro da teorização sociológica, e fiquei encantado quando ele me pediu para continuar no conselho editorial da *International Sociology*, quando ele assumiu a redação (1991-1996). Eu entrei para a diretoria quando Martin Albrow se tornou seu primeiro editor (1984-1990), e eu gosto muito de ser um contribuinte e um revisor de uma revista que dá primazia à sociologia internacional comparativa.

Mesmo que a participação em todas as reuniões da ISA tenha sido praticamente impossível (tanto pelos custos de viagem desde a minha aposentadoria, quanto por causa de meus compromissos com a ASA, que muitas vezes se reúne quase concomitantemente à ISA), fico satisfeito por ter participado de alguns dos últimos congressos: Montreal (1998), Brisbane (2002), Gotemburgo (2010), Yokohama (2014) e o recente Fórum em Viena (2016). Rever velhos amigos de todo o mundo (infelizmente, um número em declínio), encontrar novos e encontrar novas idéias sociológicas em lugares de culturas diferentes são coisas ainda tão sedutoras como quando me juntei à ISA – e certamente me atrairão para participar do 19º Congresso em Toronto, em 2018. ■

Contato com Edward Tiryakian <[durkhn@soc.duke.edu](mailto:durkhn@soc.duke.edu)>

# > Apresentando a segunda equipe editorial japonesa

É com grande prazer que apresentamos a segunda equipe editorial japonesa aos leitores da **Diálogo Global**. Desde que iniciamos nosso trabalho em dezembro de 2014, 45 estudantes de graduação participaram do projeto de tradução. Todos eles frequentam a Universidade Nacional da Pesca, fundada em 1941 como uma instituição pública de ensino superior credenciada pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas do Japão. O conselho editorial é formado pelos seguintes membros permanentes



**Satomi Yamamoto** é Professora Associada de Inglês e Sociologia no Departamento de Distribuição e Gestão de Pescas. Ela obteve seu mestrado em Inglês pela Universidade de Mulheres do Japão, seu mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Chicago, e seu Ph.D em Sociologia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Sua pesquisa atual é centrada na análise sociológica de espécies invasoras de peixes nos Estados Unidos.



**Fuma Sekiguchi** é estudante de graduação sênior no departamento de Ciência e Tecnologia do Alimento. Ele nasceu na província de Yamaguchi e cresceu na província de Chiba. Ele está licenciado da Universidade Nacional da Pesca e atualmente está estudando na California State University, e na Chico e Butte College, nos Estados Unidos. Seu lema é *o fracasso ensina o sucesso*. Ele gosta de nadar, jogar beisebol e estudar inglês.



**Yutaro Shimokawa** é estudante do segundo ano de graduação no Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Atualmente está aprendendo sobre o uso efetivo, as tecnologias de processamento e os componentes de alimentos de produtos marinhos. Ele participa do projeto de tradução porque quer melhorar a sua capacidade de leitura em inglês. Seu objetivo é ser capaz de ler artigos escritos em inglês sobre ciência alimentar.



**Masaki Yokota** É aluno de graduação sênior no Departamento de Distribuição e Gestão de Pesca. Ele estudou Inglês no Reino Unido entre 2014 e 2015 e obteve uma pontuação 6,5 no IELTS (*International Language Testing System*). Ele gosta de jogar badminton e de assistir futebol. Seu time de futebol favorito é o Chelsea, de Londres. Seu sonho é fazer uma viagem ao redor do mundo.



**Takashi Kitahara** é aluno de graduação sênior no Departamento de Distribuição e Gestão de Pesca. Ele vai se juntar à Escola de Pós-Graduação de Gestão de Recursos e Ciência de Alimentos em abril de 2017. Sua tese explora o desenvolvimento da não-alimentação por empresas de aquicultura no Japão. Ele participa do projeto de tradução porque gosta de aprender sobre assuntos novos além da pesca.



**Yuki Nakano** é estudante do segundo ano de graduação no Departamento de Aquabiologia Aplicada. Ela decidiu ir para a Universidade Nacional da Pesca porque desde a infância ela sempre gostou de animais e peixes. Sua carreira futura é incerta, mas ela deseja encontrar um trabalho que se relacione estreitamente com o seu curso. Ela às vezes preocupa-se com os desafios de traduzir o inglês para o japonês, mas ainda gosta de fazer parte do projeto de tradução porque ele a ajuda a melhorar a sua proficiência em inglês e ter um melhor controle do idioma japonês.